



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

ELLEN MANUELLE DA SILVA
MARIA CLARA ANDRADE DE MELO

**CLASSE, RAÇA E GÊNERO NA DIVISÃO INTER-REGIONAL DO TRABALHO NO
BRASIL: uma análise a partir das condições de vida e trabalho das mulheres
nordestinas.**

RECIFE
2025

ELLEN MANUELLE DA SILVA
MARIA CLARA ANDRADE DE MELO

**CLASSE, RAÇA E GÊNERO NA DIVISÃO INTER-REGIONAL DO TRABALHO NO
BRASIL: uma análise a partir das condições de vida e trabalho das mulheres
nordestinas.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Graduação em Serviço Social da
Universidade Federal de Pernambuco, como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a Dr^a Evelyne Medeiros
Pereira

RECIFE
2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Silva, Ellen Manuelle da .

Classe, raça e gênero na divisão inter-regional do trabalho no Brasil: uma análise a partir das condições de vida e trabalho das mulheres nordestinas. /

Ellen Manuelle da Silva, Maria Clara Andrade de Melo. - Recife, 2025.

85 p. : il., tab.

Orientador(a): Evelyne Medeiros

Coorientador(a): Flávia Clemente

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Serviço Social - Bacharelado, 2025.

Inclui referências.

1. Mulheres. 2. Nordeste . 3. Divisão Inter-regional do Trabalho. 4. Opressões . 5. Questão Regional. I. Melo, Maria Clara Andrade de. II. Medeiros, Evelyne. (Orientação). III. Clemente, Flávia. (Coorientação). IV. Título.

300 CDD (22.ed.)

ELLEN MANUELLE DA SILVA
MARIA CLARA ANDRADE DE MELO

**CLASSE, RAÇA E GÊNERO NA DIVISÃO INTER-REGIONAL DO TRABALHO NO
BRASIL: uma análise a partir das condições de vida e trabalho das mulheres
nordestinas.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Graduação em Serviço Social da
Universidade Federal de Pernambuco, como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Serviço Social.

Aprovado em: 13/09/2025

BANCA EXAMINADORA

Profª Drª Evelyne Medeiros Pereira (Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Profª Drª Flávia da Silva Clemente (Examinadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Para todas as mulheres nordestinas que permanecem na luta pelos seus direitos e reconhecimento. À nossas mães e avós Wedja Barros, Maria Vieira, Gerlany Rodrigues e Irinete Rodrigues que são nossos exemplos de força e resistência, que nos permitem sonhar com um futuro menos árduo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço ao meu Deus pelo seu infinito amor, por guiar cada um dos meus passos e me lembrar sempre que não ando só.

Agradeço com o coração cheio de respeito e gratidão, a minha bisavó materna Josefa Rodolfo, minha avó Irinete Rodrigues e minha mãe Gerlany Rodrigues, mulheres nordestinas que são sinônimo de resistência e força. Obrigada pelas orações, apoio e por me ensinarem diariamente a ter coragem, se me permito sonhar é porque sei que estaremos juntas, essa conquista é nossa.

Agradeço ao meu pai, Ednildo Francisco que se mostrou presente ao longo da caminhada até aqui me dando apoio.

Agradeço a minha grande amiga e companheira de jornada deste trabalho e de outros, Maria Clara, que mesmo em meio aos medos e o caos da universidade, nossa amizade foi um ponto de paz. Muito obrigada pelas risadas, pela escuta e acolhimento, amo você, amiga, nós conseguimos!

Agradeço aos presentes que a UFPE me deu, minhas amigas maravilhosas, Maria Clara, Larissa Priscilla, Therla Kiria e Stephanie da Silva. Os momentos que compartilhamos, os passeios, as risadas e choros, estão sempre em meu coração, lembro que quando entrei na Universidade pedi a Deus que colocasse pessoas leais pelo meu caminho e eu não poderia estar mais agradecida a Ele por ter colocado vocês, estaremos "sempre juntas", amo vocês.

Agradeço a minha amiga, Saunay Coutinho, que desde o ensino fundamental está comigo me apoiando e foi a minha maior incentivadora para começar o curso de Serviço Social, obrigada por tudo, amiga.

Agradeço a Marylu, presente que a Biblioteca do Centro de Biociências me deu, obrigada por sempre acreditar em mim, pelas risadas e apoio.

Agradeço também a nossa parceira de iniciação científica, Suzana Luiza, uma das pessoas mais fortes que conheço, sua bravura e inteligência nos enche de admiração, Suzy. Obrigada por fazer parte desse processo com a gente.

Agradeço de forma especial à professora Evelyne Medeiros, nossa orientadora, tanto de iniciação científica quanto do TCC, obrigada pela confiança depositada, pelos momentos de aprendizados, apoio e conversas, a jornada na universidade foi mais leve graças ao seu acolhimento.

Agradeço a Professora Flávia Clemente pela escuta e suporte na coordenação de estágio, que marcou muito minha trajetória profissional. Obrigada por me lembrar em meio ao caos que "o Sagrado é maior" e que tudo ficaria bem.

Agradeço a todos que se fizeram presentes na caminhada, que proporcionaram momentos de leveza em meio às dificuldades, ansiedades e medos enfrentados, que acreditaram e sonharam com essa conquista junto comigo, é uma alegria enorme ter cada um de vocês na minha vida, deixo registrado meu profundo agradecimento.

E que eu possa sempre crer e ver que “depois do medo, vem o mundo”. Muito obrigada!

Ellen Manuelle da Silva

AGRADECIMENTOS

Cada palavra colocada aqui só foi possível através de cada mulher que contribuiu para que eu chegasse onde cheguei. Desde a minha avó, uma Maria que mistura a dor e a alegria e me ensinou que é preciso ter força, é preciso ter raça, é preciso ter manha, é preciso ter graça e é preciso ter sonho sempre¹. À ela agradeço infinitamente pelos aprendizados que apenas o amor de vó pode transmitir.

Gratidão a minha mãe Wedja e a minha tia Williane, mulheres com quem, entre muitas outras coisas, aprendi o que é admiração e nunca mais esqueci, nem por um segundo.

Gratidão à vocês meus irmãos Carla Lavinia e Carlos Filho, por serem os meus maiores incentivadores. Amá-los e ser amada por vocês me move, cada luta é pela esperança que vocês vivam um mundo melhor.

Gratidão às minhas amigas que se mantiveram desde os primeiros trabalhos acadêmicos até os últimos, amigas com as quais construí laços de família e que umas pelas outras nos apoiamos nessa jornada. Obrigada Larissa Priscilla, Stephanie da Silva, Therla Kiria e Ellen Manuelle.

À Ellen Manuelle não há menções honrosas suficientes, precisaria escrever um trabalho de conclusão inteiro sobre a nossa parceria, a nossa amizade e a gratidão que tenho por tanto. Com ela iniciei esse curso, com ela concluo e não poderia ser com pessoa melhor. Você minha amiga contribuiu nesses quatros anos para mim não só como pessoa mas como futura profissional, é impossível não ser melhor só de compartilhar a vida e os estudos com você. Agradeço a dedicação sempre dosada de muito afeto nessa jornada em dupla que fez com que tudo parecesse menos pesado do que realmente era.

Gratidão à Maria Luiza, Luiza Costa, Suzana Luiza e Giovanna Botelho pelo carinho e pelo apoio que construímos dia após dia na universidade e que foram de grande importância para que chegássemos até aqui.

Gratidão á docente Evelyne Medeiros, a qual acompanhou e apoiou minha caminhada universitária desde a sala de aula, o estágio, a iniciação científica e o trabalho de conclusão de curso, sempre dando a mim e as minhas parceiras de estágio e pesquisa oportunidades, condições e incentivos para sermos o melhor de nós.

Gratidão à Sandra Batista, Flávia Clemente, Tatiane Melo, Vivian Matias, Delaine Melo e Valéria Nepomuceno docentes do departamento de Serviço Social da Universidade

¹ Referência a canção “Maria, Maria” de Milton Nascimento.

Federal de Pernambuco por quem cultivo grande admiração e que contribuíram de maneira especial para o meu processo formativo.

Gratidão a Suzana Luiza, parceira de pesquisa a qual tenho grande admiração, seja na universidade ou na vida, você me inspira.

Gratidão à vocês minhas amigas irmãs de alma Livia Danielle, Erika Sousa e Nadgila Ribeiro, saber que durante cada jornada independente do tamanho, da dor e do resultado há pessoas que estarão lá para lhe acolher, seja entre risos ou lágrimas, é um motor sem igual.

Gratidão aos demais familiares e amigos, que de tantos não seria possível elencar todos mas que possuem o nome gravado em meu coração e trajetória, sem vocês essa jornada seria muito mais árdua.

Maria Clara Andrade de Melo

*“Maria, Maria, é um dom, uma certa magia
Uma força que nos alerta
Uma mulher que merece viver e amar
Como outra qualquer do planeta*

*Maria, Maria, é o som, é a cor, é o suor
É a dose mais forte e lenta
De uma gente que ri quando deve chorar
E não vive, apenas aguenta*

[...]

*Mas é preciso ter força, é preciso ter raça
É preciso ter gana sempre
Quem traz no corpo a marca, Maria, Maria
Mistura a dor e a alegria*

*Mas é preciso ter manha, é preciso ter graça
É preciso ter sonho sempre
Quem traz na pele essa marca possui
A estranha mania de ter fé na vida”*

(Milton Nascimento)

RESUMO

O presente trabalho busca investigar como as configurações da divisão inter-regional do trabalho se expressam na vida e no trabalho das mulheres nordestinas, considerando as relações de opressão/exploração de raça, classe e gênero na conformação da questão regional no Brasil. Dessa maneira, como metodologia foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica e a utilização de dados secundários de fontes como o IBGE, através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de diferentes anos; o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e a SUDENE com seu boletim “Mulheres do Nordeste” que serviram de base para a reflexão do lugar do Nordeste e das mulheres nordestinas na sociedade brasileira, principalmente no período pós-pandêmico (2022-2025). Ao longo dos capítulos, o debate partiu da concepção da questão regional e do capitalismo dependente no Brasil, destacando a conformação do desenvolvimento desigual inter-regional e a explicação do papel histórico do Nordeste como centro da questão regional. Em seguida, as reflexões se desenvolveram com base na relação histórica entre racismo, capitalismo e patriarcado na formação social brasileira, bem como do desdobramento dessa relação para a superexploração do trabalho. Por fim, assume destaque o contexto atual, com ênfase para as “novas” configurações das relações de trabalho, no intuito de identificar como essas características recentes se refletem na realidade das mulheres nordestinas que vivem dentro e fora da região de origem, buscando apresentar como o conhecimento dessa realidade se mostra importante para o pleno entendimento da questão social brasileira e do lugar da mulher nordestina na sociedade contemporânea.

Palavras-Chave: Mulheres; Nordeste; Divisão Inter-regional do Trabalho; Opressões; Questão Regional.

ABSTRACT

This study seeks to investigate how the configurations of interregional division of labor are expressed in the lives and work of women in the Northeast, considering the relations of oppression/exploitation of race, class, and gender in shaping the regional issue in Brazil. Thus, the methodology developed consisted of bibliographic research and the use of secondary data from sources such as the IBGE, through the National Household Sample Survey (PNAD) from different years; the Institute of Applied Economic Research (IPEA) and SUDENE with its bulletin “Women of the Northeast,” which served as the basis for reflection on the place of the Northeast and Northeastern women in Brazilian society, especially in the post-pandemic period (2022-2025). Throughout the chapters, the debate started from the conception of the regional issue and dependent capitalism in Brazil, highlighting the formation of unequal interregional development and explaining the historical role of the Northeast as the center of the regional issue. Next, the reflections developed based on the historical relationship between racism, capitalism, and patriarchy in Brazilian social formation, as well as the unfolding of this relationship into the overexploitation of labor. Finally, the current context stands out, with an emphasis on the “new” configurations of labor relations, in order to identify how these recent characteristics are reflected in the reality of women from the Northeast who live inside and outside their region of origin, seeking to show how knowledge of this reality is important for a full understanding of Brazilian social issues and the place of women from the Northeast in contemporary society.

Key-words: Women, Northeast, Interregional Division of Labor, Oppression, Regional Question.

LISTA DE GRÁFICOS E FIGURAS

Gráfico 1 — Renda Domiciliar Habitual por pessoa no Brasil de 2016-2022.....	44
Gráfico 2 — Renda Domiciliar Habitual por pessoa no estado da Bahia de 2016-2022.....	44
Gráfico 3 — Taxa de informalidade dos ocupados no Brasil de 2016 a 2022.....	45
Gráfico 4 — Taxa de subutilização da força de trabalho ampliada no Brasil de 2016 a 2022.....	45
Gráfico 5 — Taxa de desocupação (%) nacional e regional de 2022-2025.....	58
Gráfico 6 — Taxa de subutilização da força de trabalho no Nordeste 2016-2022.....	59
Figura 1 — Dados do Bolsa Família do ano de 2023.....	67
Gráfico 7 — População residente na região Nordeste por idade e sexo em 2022.....	68
Gráfico 8 — Taxa composta de subutilização da força de trabalho, por sexo, em 2022.....	69
Gráfico 9 — Índice de Vulnerabilidade Social no Brasil e nas Grande regiões em 2021.....	69
Figura 2 — Fluxos de migrações interestaduais no Brasil em 2022.....	72

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CNPQ	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
EUA	Estados Unidos da América
IA	Inteligência Artificial
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LGBTQIAPN+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexuais, Assexuais e outras orientações sexuais e identidades de gênero
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PROUNI	Programa Universidade para Todos
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TICs	Tecnologias da Informação e Comunicação

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	15
2. A QUESTÃO REGIONAL NO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO.....	19
2.1. Desenvolvimento desigual inter-regional e capitalismo dependente brasileiro.....	20
2.2. O Nordeste como centro da questão regional no Brasil.....	27
3. DIVISÃO INTER-REGIONAL DO TRABALHO E SUPEREXPLORAÇÃO: a relação entre classe, raça e gênero.....	35
3.1. Capitalismo-racismo-patriarcado na Formação Social Brasileira.....	35
3.2. Divisão inter-regional do trabalho e o processo de superexploração da força de trabalho no Brasil	45
4. O CONTEXTO PÓS-PANDEMIA E AS “NOVAS” CONFIGURAÇÕES DA DIVISÃO INTER-REGIONAL, SEXUAL E RACIAL DO TRABALHO.....	50
4.1. A Atual Configuração das Relações de Trabalho e a Questão Nordestina.....	51
4.2. Mulheres Nordestinas: os reflexos da questão regional brasileira e da subordinação que perseguem e marcam o “ser mulher” dentro e fora da região.....	63
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	75
REFERÊNCIAS.....	78

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca refletir sobre as as configurações da divisão inter-regional do trabalho, analisando as particularidades regionais atrelada aos moldes do patriarcado, racismo e dinâmicas de classe, visando a compreensão da realidade nordestina em sua totalidade e os entraves históricos que perpassam o cotidiano e a vida das mulheres nordestinas.

Este estudo tem como objetivo geral compreender as determinações históricas e as particularidades regionais que influenciam o lugar ocupado pelas mulheres nordestinas na divisão sexual do trabalho e na dinâmica da superexploração, em especial no pós-pandemia (2022-2025), partindo do pressuposto de que a pandemia “atuou como catalisador de novos enlaces entre as formas do trabalho de cuidado” e como “revelador dessa aguda desigualdade no modo de produzir e distribuir o cuidado” (Guimarães, 2024, p. 9-14).

Para alcançar tal objetivo, a perspectiva crítico-dialética foi de fundamental importância, partindo do pressuposto de que as relações sociais na dinâmica capitalista não são essencialmente biológicas, mas condicionadas por relações sociais e pela produção da vida social (Marx, 2008). Os passos da pesquisa foram, portanto, voltados para identificar as formas de produção e reprodução vigente e as relações políticas, para, a partir disso, construir as interpretações dos fenômenos (Gil, 2008, p.22-23). O processo da construção da análise foi de caráter quali-quantitativo, subsidiado pela pesquisa bibliográfica e pelo levantamento de dados secundários e de estatísticas, tendo como principais fontes o IBGE, através da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de diferentes anos; o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); e a SUDENE com seu boletim “Mulheres do Nordeste” que serviram de base para a reflexão do lugar do Nordeste e das mulheres nordestinas na sociedade brasileira, principalmente no período pós-pandêmico (2022-2025).

Partindo da realidade social como subsídio para a reflexão, visando sua totalidade e observando a questão social brasileira, é incontrovertível que existem determinações que perpassam os indivíduos, como a raça, o gênero e a classe. Essas “formas de ser” condicionam relações em uma sociedade capitalista que se constrói e reproduz à base de opressões que viabilizam a dominação e a exploração.

Diante disso, é interessante destacar que a sociedade capitalista se mantém através da reprodução das várias formas de opressão e todas essas formas de opressões coexistem de forma dependente uma das outras, sem poder definir onde uma começa e outra termina dentro

das relações capitalistas. Ou seja, todas as opressões estruturam a produção e reprodução do capital. O patriarcado, ao criar as formas do trabalho doméstico feminino não pago, sustenta a reprodução da força de trabalho. O racismo, ao caracterizar o homem branco como o exemplo de cidadão, cria hierarquias sob o crivo étnico-racial, o que abre espaço para que a força de trabalho não-branca seja superexplorada e mal remunerada de forma mais intensa. Dessa maneira, fica claro como essas categorias se entrelaçam (Gouvêa; Mastropaolo, 2019). Portanto, as opressões só podem ser superadas em conjunto com a superação da dinâmica capitalista que as sustentam e as reproduzem. Isto porque não se trata de categorias puramente teóricas, mas que se materializam na realidade e se constituem nas próprias relações sociais como “formas de ser”.

O racismo, o patriarcado e as desigualdades de classe sustentam esse sistema que se utiliza do potencial humano para sua própria desumanização através do trabalho alienado. Dentro dessa perspectiva, essas opressões estruturam a superexploração do trabalhador, mas não sozinhas, elas se singularizam a partir das particularidades que se encontram, sem perder sua centralidade. Como defendido pelas autoras Gouvêa e Mastropaolo (2019, p.11): “As opressões não se somam, separadamente. Constituem uma mesma realidade, como uma unidade contraditória, que se reproduz enquanto totalidade, em suas determinações e sobredeterminações, na universalidade, particularidades e singularidades”. Nesta pesquisa a particularidade analisada foi a divisão inter-regional do trabalho no Nordeste, buscando compreender as nuances que as opressões incorporam dentro dessa realidade.

No aprofundamento dessa perspectiva de análise, visando contemplar, além dessas categorias, suas particularidades, considerando o panorama histórico e as singularidades dos sujeitos, percebemos como a região, o lugar em que os indivíduos nascem tem poder de construir particularidades que podem impulsionar e efervescer as desigualdades, ou até mesmo diminuir, dentro do sistema capitalista. Ao analisarmos o Brasil, evidencia-se o protagonismo da divisão social do trabalho e da luta de classes na conformação das regiões e das relações inter-regionais do país (Medeiros, 2024).

Ademais, é importante destacar que a “marca” de nascimento de cada pessoa pode muitas das vezes causar discriminação, a famosa “xenofobia”, que não importa onde esteja o sujeito, ele será demarcado pela imagem que se tem daquela região, perpassada pela questão regional. Se faz essencial o entendimento de que nos moldes do capitalismo dependente há uma hierarquização entre as regiões do país, unida à reprodução do racismo, patriarcado e pauperismo, em destaque à região como particularidade que expressa a síntese dessas categorias.

A questão regional brasileira tem no Nordeste o seu centro e é estrutural da formação social do Brasil. A classe trabalhadora nordestina se encontra historicamente como reserva de força de trabalho, o que historicamente está associado à violência, ao racismo, às desigualdades de gênero, compondo um padrão de reprodução social profundamente desigual, que se utiliza da subordinação e hierarquização para integrar as regiões (Medeiros, 2024).

Dessa maneira, o intuito desse trabalho de conclusão de curso está alicerçado na análise das condições de vida e trabalho das mulheres da classe trabalhadora, considerando a questão nordestina, as novas configurações do trabalho e as relações sociais desiguais de gênero e raça que implicam numa renovada conformação da divisão inter-regional, sexual e racial do trabalho. Busca-se melhor apropriação teórico-metodológica sobre como a tríade capitalismo-racismo-patriarcado determina as particularidades da divisão inter-regional do trabalho no Nordeste, afetando as condições em que vivem as mulheres nordestinas.

Com isso, é importante demarcar o que a autora Rhaysa Ruas (2021, p.404) ressalta ao se tratar do lugar e do *modus operandi* do capitalismo:

Portanto, por mais que as origens do patriarcado, da supremacia branca, da família, possam remontar a períodos históricos nos quais o capitalismo não estivesse ainda mundialmente consolidado, fato é que o capitalismo, em sua gênese e universalização, reestrutura hierarquias sociais anteriores e se beneficia delas na mesma medida em que elas o constituem enquanto sistema.

O que reforça que não há como ignorar o papel do sistema opressor para analisar a totalidade social. O trabalho nessa sociedade, seja ele produtivo ou reprodutivo, é conformado por relações de subordinação entre o que é concebido como feminino e masculino. Para tanto, o Estado torna-se essencial, como instrumento do capital que busca regular as relações sociais de gênero e sexo e reforçar a divisão inter-regional do trabalho, constituída também pela racialização. Essa imbricação viabiliza o fenômeno da superexploração do trabalho nas formações sociais dependentes (Ruas, 2021) que se particulariza no Nordeste, conformando a questão regional.

Portanto, considerando os aspectos levantados, para as mulheres da classe trabalhadora que vivem no Nordeste do país, as opressões de classe, gênero e raça ganham outra dimensão e adensamento que se expressam em suas condições de vida e trabalho.

Outra vez, como em muitas ocasiões, como sempre, os desenvolvimentos históricos da sociedade brasileira, em conjunto, e de suas regiões em especial, recolocam a questão da criação e recriação das desigualdades. Além das desigualdades entre as classes sociais, entre as raças e etnias, entre os homens e as mulheres, criam e recriam-se as desigualdades regionais (Ianni, 2019, p.206).

Faz-se necessário analisar a realidade dessas mulheres frente às novas relações de trabalho, num contexto pós-pandemia, interligando as relações sociais de gênero, classe e raça com a particularidade da região, imprescindível para entender o Brasil contemporâneo, especialmente a atual conformação da divisão inter-regional, sexual e racial do trabalho.

Portanto, a sistematização da pesquisa inicia-se no primeiro capítulo com a apresentação de uma breve síntese dos estudos desenvolvidos sobre a questão regional brasileira e a centralidade do Nordeste na dinâmica das disparidades regionais. Já no segundo capítulo, as concepções sobre divisão sexual e racial do trabalho, diante das particularidades inter-regionais, constituída na relação entre opressão, exploração e dominação assumem maior relevo. Por fim, o terceiro capítulo se debruça nas tendências atuais que caracterizam o aprofundamento do trabalho de cuidado e reprodução social das mulheres nordestinas como parte da reconfiguração da questão regional no Brasil.

Sendo assim, esse estudo tem o compromisso de expor as relações atuais entre o capitalismo, cisheteropatriarcado e racismo pela ótica da questão regional, assumindo destaque as mulheres nordestinas, não apenas no processo de superexploração, mas também enquanto potência de luta e resistência aos padrões de dominação da sociedade capitalista no tempo presente. Além disso, a pesquisa, ao incentivar uma discussão que desnaturalize os papéis de gênero e de subjugação da classe trabalhadora nordestina, está alinhada ao compromisso do Serviço Social como profissão orientada para viabilizar o acesso à garantia de direitos e defesa intransigente dos direitos humanos, tendo como um de seus princípios norteadores a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 1993).

2. A QUESTÃO REGIONAL NO CAPITALISMO DEPENDENTE BRASILEIRO

Para a compreensão da dinâmica nordestina na questão regional brasileira, se faz necessário observar as determinações históricas e sociais que permeiam o desenvolvimento capitalista e as disparidades regionais constitutivas a tal desenvolvimento. Inicialmente, é importante destacar que a relação de desigualdade entre regiões, não é algo exclusivo do Brasil. Ao analisar a hierarquização entre regiões na Itália, Gramsci (1987) elaborou sobre a “questão meridional” que, no nosso entendimento, mesmo com diferenciações em relação à nossa realidade, pode servir como paralelo para a questão regional brasileira.

Diferente do Brasil, a Itália mantinha o seu desenvolvimento e seu “oásis capitalista” na região Norte enquanto que na região Sul se concentrava a relação com o latifúndio e o baixo desenvolvimento das forças produtivas, mantendo uma força de trabalho precarizada. Diante disso, o autor expõe como o subjugamento entre regiões possui uma raiz maior do que aparenta, ou seja, os estereótipos e preconceitos criados também possui um fim voltado para a um objetivo capitalista de afastamento dos sujeitos como classe (Gramsci, 1987). Nesse sentido, Gramsci (1987) inferiu centralidade aos estudos sobre a questão regional na Itália exatamente pela centralidade de tal questão na luta de classes e, conseqüentemente, na aliança entre camponeses e operários.

Na realidade brasileira, o Norte e Nordeste são consideradas as regiões “subdesenvolvidas” e “atrasadas”, que não possuem êxito na incorporação do capitalismo e impede o desenvolvimento do país como um todo, enquanto o Sul e o Sudeste são as regiões modernas, desenvolvidas, plenamente capitalistas, portanto, exitosas. Entretanto, esclarecemos aqui a falácia que é esse discurso. Essa relação de desigualdade entre as regiões é justamente a maior característica do capitalismo dependente, visto que, nesse modo de produção e reprodução há uma concentração de capital em um espaço em detrimento de outro, como Perruci (1984) vai destacar:

Noutra linha de análise, a acumulação se nucleariza, concentrando capital num determinado espaço, dentro de um processo histórico de complementaridade e integração com as partes do conjunto e tal processo de concentração não se realiza autonomamente, mas, também, sustentado pelo valor produzido nas áreas periféricas (Perruci, 1984, p.15).

Portanto, todas as regiões incorporam devidamente o capitalismo, apenas possuem diferentes papéis no processo de acumulação capitalista. De forma semelhante à divisão internacional do trabalho, consolida uma divisão regional do trabalho no Brasil, onde o Nordeste assume a função de complementaridade em relação ao Sudeste, o que impede que a

região nordestina logre de uma acumulação ampliada. Entendemos a questão regional como uma ferramenta capitalista de dominação da classe dominante e de exploração da força de trabalho (Perruci, 1984).

A partir desses entendimentos, neste capítulo será conceituado o desenvolvimento desigual inter-regional interligado ao capitalismo dependente no Brasil, o que irá subsidiar a análise da questão regional brasileira dando a base para o desenvolvimento da pesquisa. No primeiro tópico, a ênfase será em torno da origem da relação entre “arcaico” e “moderno”, interligado ao capitalismo dependente brasileiro, partindo da compreensão que, no modo de produção capitalista, o lugar imposto à cada região não é mero acaso, mas possui relação com posições estratégicas para o desenvolvimento capitalista. Por fim, no segundo tópico que irá encerrar o capítulo, o foco é delimitado na região Nordeste, através da compreensão que a questão regional brasileira tem na região nordestina seu centro, assim, se faz necessário a elaboração da causa dessa questão e suas consequências, principalmente, para a classe trabalhadora.

2.1. Desenvolvimento desigual inter-regional e capitalismo dependente brasileiro.

A partir do entendimento que a questão regional não é exclusiva da realidade brasileira, mas, possui suas particularidades no país, é observado como as desigualdades entre regiões desde sua gênese se mostram como espelho para as desigualdades sociais. Dessa maneira, para melhor compreensão da chamada “questão social” e das opressões causadas pelo sistema capitalista, é importante partir do ponto de análise que a região se torna determinante para o entendimento da totalidade social e das relações impostas dentro da divisão inter-regional do trabalho.

A falsa dicotomia entre “atrasado” e “moderno” diante das desigualdades regionais possui complexidades, já que essas disparidades, sejam elas regionais ou sociais, são essenciais para a manutenção do desenvolvimento do capitalismo sendo mantida e propagada pelo mesmo. Dessa forma, a concepção de região que nos orienta possui relação orgânica com a perspectiva do desenvolvimento desigual inter-regional e do capitalismo dependente brasileiro, que consideramos como norteador de relações de opressão, sejam elas de classe, raça e gênero, e fundante para a formação social brasileira que influencia a dinâmica da classe trabalhadora e o lugar ocupado pelo Brasil como país “subdesenvolvido”.

Partindo dessa concepção, Francisco de Oliveira (1981) compreende “regiões” levando em consideração as particularidades da reprodução capitalista, as configurações do

processo de acumulação, as formas de classes e a conformação da luta de classes e dos conflitos sociais, visto que o conceito está envolto na dinâmica de disparidades regionais que está intrinsecamente conectada ao viés político para além do econômico.

Uma "região" seria, em suma, o espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital, e por consequência uma forma especial da luta de classes, onde o econômico e o político se fusionam e assumem uma forma especial de aparecer no produto social e nos pressupostos da reposição (Oliveira, 1981, p.29).

Por exemplo, espaços econômicos criados ou inseridos na divisão internacional do trabalho do capitalismo mercantil, para subsidiar de alguma forma a acumulação primitiva e que, após esse período, se mantiveram subordinados à divisão internacional do trabalho capitalista, se configuram como “regiões” que possuem como forma de reprodução do capital o comércio internacional de mercadorias, mas que criam e reproduzem diferentes formas de valor. Portanto, as regiões surgem como tais no modo de produção capitalista, como espaços socioeconômicos que se homogeneizam por uma forma de capital predominante (Oliveira, 1981, p.28-30).

A análise das relações entre as regiões pressupõe um elemento central a *lei do desenvolvimento desigual e combinado*, essencial para entender o papel das contradições estruturantes do desenvolvimento capitalista. Ao debruçar-se sobre essa temática Medeiros e Bezerra (2019, p.23) defendem que é intrínseco ao modo de produção capitalista a relação entre moderno e atrasado. Além disso, expõem a percepção marxista sobre desenvolvimento desigual “A “luz universal” a que se refere não dissipa nem dispensa, porém, as particularidades que fazem com que um modo de produção não surja ou se desenvolva de modo pronto e acabado” (Medeiros e Bezerra, 2019, p.25). Portanto, entende-se que o capitalismo produz um desenvolvimento desigual entre nações e regiões.

Sendo assim, o desenvolvimento capitalista se materializa através da relação dialética entre “atrasado” e “moderno”, pois estas características são partes de um só sistema desigual, que se reproduz através de uma estrutura que combina inovações tecnológicas, políticas e culturais e relações pré-capitalistas, conservando-as em parte. Isso ocorre tanto na divisão internacional como na divisão nacional do trabalho (Medeiros e Bezerra, 2019, p.28).

Dessa maneira, levando em consideração o *modus operandi* do capitalismo, é crucial para avanço do entendimento destacar que, tal como Marx (2013), em *O Capital*, observa, ao falar da forma como funciona o modo de produção capitalista, é destacado que o objetivo e a importância se concentram no valor e no lucro ao ser “conquistado” mesmo que seja através

do sangue e suor, das desigualdades, exploração, opressão, dominação e de mecanismos de hierarquização.

A produção de mais-valor, ou criação de excedente, é a lei absoluta desse modo de produção. A força de trabalho só é vendável na medida em que conserva os meios de produção como capital, reproduz seu próprio valor como capital e fornece uma fonte de capital adicional em trabalho não pago (Marx, 2013. p. 841).

Trazendo para a realidade brasileira, existe uma questão regional pulsante, que constantemente é atribuída a um caráter conjuntural, constitui-se a propagação de uma ideologia de que as regiões se desenvolvem de maneira desigual devido a apenas às suas diferentes condições de recursos naturais, sem levar em consideração as relações socioeconômicas desiguais que são criadas e recriadas no capitalismo.

Podemos observar como expressão dessa tendência um documento interno, de 1988, construído por Thompson Almeida Andrade e divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômico e Social (IPEA), com o tema “As Desigualdades Inter-regionais de Desenvolvimento Econômico no Brasil”, onde identificamos a reiteração das desigualdades regionais como fenômeno circunstancial, a resolução dos chamados “desequilíbrios regionais” são relacionados a “força do funcionamento do mercado”, no sentido de que o desenvolvimento do capitalismo iria sanar as desigualdades. Mantendo esse olhar, o autor destaca que: “a igualação nas remunerações dos fatores de produção que resultaria da mobilidade inter-regional dos mesmos eliminaria a possibilidade de permanência do fenômeno” (Andrade, 1988. p.2). Essa concepção fundamenta-se em uma perspectiva desenvolvimentista de viés conservador e economicista que hegemonicamente caracteriza o desenvolvimento a partir da expansão da industrialização, defendendo que a superação das desigualdades regionais daria-se pelo próprio desenvolvimento capitalista, ignorando completamente que os “desequilíbrios regionais” são questões estruturais da própria dinâmica capitalista (Mantovani e Areosa, 2022).

Josué de Castro (1968, p.87), ao descrever a realidade nordestina em seu livro “Documentário do Nordeste”, observa que a falta de capitalização voltada para a população, o desequilíbrio econômico nacional e o olhar hierárquico voltado para o povo nordestino e negro como mão de obra barata chegando até a desumanização desses sujeitos, é o que determina “sua produtividade ínfima, seu pauperismo, sua miséria”, nada relacionado a um “desequilíbrio natural”.

O que chamamos de desenvolvimento desigual entre região e países é, para o modo de produção capitalista, um mecanismo crucial para a manutenção do capital, o que estrutura todo um panorama para continuação dessas relações. A divisão inter-regional do trabalho, que

será aprofundada nos próximos capítulos, nos mostra como essa dinâmica desigual faz com que a exploração da classe trabalhadora seja intensificada sem o devido retorno salarial, ocasionando o aumento significativo do lucro para o capitalista ao mesmo tempo que as condições de vida e trabalho entram em declínio.

Sendo assim, partilhamos da concepção elaborada por Florestan Fernandes (2008) de que o desenvolvimento capitalista produz o subdesenvolvimento e preserva a estrutura entre “arcaico” e “moderno”. Portanto, compreendemos que a questão regional brasileira se concentra principalmente na subordinação da região Nordeste, ao atribuir à ela o papel de obstáculo ao desenvolvimento nacional, sendo, supostamente, uma região que reproduz relações sociais consideradas atrasadas. Enquanto o Sudeste seria o pólo “moderno”, tendo incorporado devidamente o capitalismo e suas forças produtivas.

Entretanto, aqui reafirmamos o que é apresentado por Perruci (1984), que prefere usar os termos “núcleo” e “periferia”, concebendo o “atrasado” e o “moderno” como partes do mesmo fenômeno que garante o processo de desenvolvimento capitalista, tendo cada região um papel particular nessa dinâmica.

Ao contrário, núcleo e periferia são partes do mesmo processo global de crescimento capitalista e estão nele dialeticamente imbricados participando, pois, da mesma natureza conceitual. A diferença, repetimos, está no desempenho de funções dentro do processo de acumulação e, nesse aspecto, a realidade social apresenta visíveis contrastes que precisam ser estudados em suas especificidades sem, no entanto, esquecer-se a totalidade de que fazem parte e que as explicam, em última instância[...] (Perruci, 1984, p.15).

Na busca de entender justamente qual é esse papel que o Nordeste possui, precisamos partir do universal para o particular, já que os mesmos se relacionam diretamente. O Brasil na divisão internacional do trabalho, como um país de capital dependente, é subordinado ao capital dos países centrais. Tem, assim, uma economia voltada para fora, que perde lucro na transferência de valor para o exterior e que a burguesia nacional, na busca de compensar essa perda, utiliza-se de ferramentas de intensificação da exploração da força de trabalho do país (Medeiros, 2024).

Tomando como base essa concepção, observamos que o lugar que a América Latina ocupa, em especial o Brasil, afeta e impede diretamente o desenvolvimento nacional, os países não tem espaço para se desenvolver, visto que estão inseridos na dinâmica dependente, tendo que suprir as suas necessidades e as dos países desenvolvidos nessa relação capitalista de subordinação. Como Marini (2011), em “Dialética da Dependência”, destaca ao falar da incapacidade do avanço na América Latina:

O que deveria ser dito é que, ainda quando se trate realmente de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá desenvolver-se jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas de avançadas (Marini, 2011, p.1).

Dessa maneira, compreendendo essa incapacidade e ampliando o estudo sobre a dinâmica do capitalismo dependente brasileiro e suas consequências, iremos, à luz dos conhecimentos de Florestan Fernandes (2008), em diálogo com outros autores, refletir criticamente acerca do “subdesenvolvimento” no Brasil. Para tanto, analisamos como a dependência brasileira ocasiona uma rede de “interesses sócio-econômicos que produzem as classes” (Fernandes, 2008, p.59) e intensificam a exploração, visto que a burguesia brasileira é caracterizada por estar voltada para fora do país.

Avançando nesta concepção, é válido destacar que as diferentes formas de produção dentro do modo de produção capitalista, sendo “arcaicas” ou “modernas”, que coexistem, possuem repercussões diretas no estilo de vida da população e afeta diretamente o desenvolvimento regional. É válido destacar que essas formas de produção sob o capitalismo dependente faz parte do que Fernandes (2008) vai chamar de “cálculo capitalista”, dentro dessa dinâmica ocorre a exploração, tendo em vista que, com a pressão do mercado externo sobre os países subdesenvolvidos, há uma cobrança pela intensificação da produção e do trabalho para responder de maneira positiva a coação dos países centrais (Fernandes, 2008).

Para além disso, é importante destacar que, dentro de uma economia dependente, o denominado “atraso histórico”, não demonstra que possui falta do desenvolvimento capitalista, mas sim que esse desenvolvimento foi realizado com moldes para subsidiar essa relação disfuncional, mantendo o país, tido como subdesenvolvido, como subordinados e com a inclinação de responder às demandas dos países centrais (Medeiros, 2018, p. 11).

Além disso, de acordo com o que Leite (2023) irá apresentar, ao relacionar a *Dialética de Dependência* de Marini (2011) e a teoria do *Circuito Inferior da Economia Urbana* apresentado por Santos (1996), através da pressão para que os países latino americanos se desenvolvessem, criaram-se relações desniveladas. O autor pontua as dependências dos países através de Santos (1996), sendo elas, tecnológicas, os monopólios e as formas de organização espacial, válido ressaltar que ambos os autores concordam que dentro dessa dinâmica possui a intervenção direta do Estado.

Além disso, os autores interligam-se quando tratam de como o capitalismo dentro da dependência cria condições de desvalorização dos “termos de troca” entre os países, onde Ruy

Mauro Marini nos mostra a superexploração como fator principal para a manutenção desse funcionamento dos termos do capital e Milton Santos destaca como é visto os países “subdesenvolvidos” (Leite, 2023).

Milton Santos (1996) também destaca o lugar dos países “periféricos” dentro da dinâmica de desenvolvimento nacional brasileiro. Em seu livro publicado inicialmente em espanhol *De la Totalidad al Lugar*, em 1996, destaca que:

Un país subdesarrollado es una Formación Socio-Económica dependiente, un espacio donde el impacto de las fuerzas externas es preponderante en todos los procesos. Por ese motivo, su organización del espacio es dependiente. Esas fuerzas externas tienen su propia lógica que es interna a las instituciones y a las empresas interesadas, pero externa en relación a los países a que pertenecen (Santos, 1996, p.35).

Assim, reforçando que a condição de dependência interfere diretamente nas regiões ou “espaços”, como o autor apresenta, além de sofrer com as forças externas e internas que atuam de modo para manter essa condição — sendo no Brasil ainda mais agudo se considerado a “dependência” existente entre regiões no país que o aumento da superexploração e a queda das condições de vida da classe trabalhadora — é importante acrescentar como a divisão inter-regional tem sua estrutura protegida para benefício do capital.

O Estado tem papel ativo na estrutura dessa divisão entre regiões, sendo ele um executor dos interesses da burguesia brasileira, criando as condições para a acumulação capitalista através dos mecanismos de reprodução e manutenção de desigualdades sociais. “Vale dizer: o Estado funcional ao capitalismo monopolista é, no nível das suas finalidades econômicas, o “comitê executivo” da burguesia monopolista - opera para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista.” (Netto, 2009, p.26). Neste aspecto se manifestam as contradições que permeiam o Estado capitalista, pois a acumulação do capital prescinde a garantia dos meios de reprodução e conservação da força de trabalho e, no processo de garantir tais condições, a questão social torna-se um objeto de intervenção contínua do Estado. Tal questão, segundo Iamamoto (2001, p.16), “diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado”. Netto (2009, p.29) ainda evidencia:

O que se quer destacar, nesta linha argumentativa, é que o capitalismo monopolista, pelas suas dinâmicas e contradições, cria condições tais que o Estado por ele capturado, ao buscar legitimação política através do jogo democrático, é permeável a demandas das classes subalternas, que podem fazer incidir nele seus interesses e suas reivindicações imediatos. E que este processo é todo ele tensionado, não só

pelas exigências da ordem monopólica, mas pelos conflitos que esta faz dimanar em toda a escala societária.

O Estado funciona ao mesmo tempo como “subsidiário do capital com incentivos fiscais, uma política tributária regressiva e a apropriação do fundo público”, estando atrelado a burguesia brasileira e, por outro lado, como meio de conciliação, ele gera novos postos de trabalho, mantém subsídios para programas assistenciais, amplia a renda e o poder de consumo utilizando o crédito, que ao simultaneamente dar a sensação de poder de compra na população mas na verdade está atrelado a acumulação capitalista com os juros mantidos que voltam para o capital (Medeiros, 2018, p.12). Como Netto (2009, p.30) destaca:

Através da política social, o Estado burguês no capitalismo monopolista procura administrar as expressões da "questão social" de forma a atender às demandas da ordem monopólica conformando, pela adesão que recebe de categorias e setores cujas demandas incorpora, sistemas de consenso variáveis, mas operantes.

Ao olhar para as regiões afetadas por essas intervenções, é possível observar como no modo de produção capitalista as relações vão além da perspectiva “material”, mas são norteadas através da perspectiva política e ideológica, que influenciam diretamente nas determinações das regiões. Como Santos (1996, p.27) salienta:

Cuando se habla de modo de producción, no se trata simplemente de relaciones sociales que ornan una forma material, sino tambien de sus aspectos inmateriales, como el dato político o ideológico. Todos ellos tienen una influencia determinante en las localizaciones y se vuelven así un factor de producción, una fuerza productiva, con los mismos derechos que cualquier otro factor.

Dessa forma, através da reflexão de Silvio Maranhão (1984) ao estudar as intervenções do Estado no Nordeste brasileiro, pode-se observar que o planejamento, políticas e programas criados pelo Estado, não será a resposta para o fim da questão regional estrutural do Brasil, a raiz é mais profunda e demanda uma transformação societária:

É notável como a retórica do “desenvolvimento” se repete em todos os planos e programas de desenvolvimento regional. Mas, em sua feição essencial, nada muda no Nordeste. E isto apenas reflete o dado real da questão: o planejamento é incapaz de alterar a natureza básica do capitalismo, pois ao contrário do que a “ilusão tecnocrática” pode levar a crer, este é quem comanda o planejamento. De nada adiantará esbravejar contra o Estado ou contra os céus como nordestinados. O caminho para a solução da “questão regional” no Nordeste brasileiro, sem dúvida, passa pela luta política pela transformação global do Estado e da sociedade brasileira e, por que não dizê-lo, passa pelo socialismo (Maranhão, 1984, p.101).

Partindo do que foi apresentado, ao ir a fundo na perspectiva da intervenção política e ideológica, é inegável que o Brasil apresenta uma questão regional pulsante e mantém como

centro dessas disparidades a região Nordeste. Diante disso, é importante ressaltar que o papel do Estado na região é o que Francisco de Oliveira (1981) chama de “imobilista”, tendo ações pontuais para o desenvolvimento regional ao longo da história, mas ao mesmo tempo atuando para manter o padrão autocrático burguês capitalista, voltado diretamente para a subordinação do Nordeste às demais regiões.

2.2. O Nordeste como centro da questão regional no Brasil.

Para compreender o lugar imposto ao Nordeste historicamente, é importante frisar que neste trabalho entendemos a região como um espaço sócio-econômico sobreposto por um modo de produção opressor e composto pelas formas de classe e de lutas de classe que se formam a partir da reprodução do capital (Oliveira, 1981).

Esse processo de sobreposição ampliada do sistema capitalista se dá quando esse sistema se estabelece em uma formação social de forma predominante e posteriormente se estende para demais formações, que ainda não se inseriram a esse sistema devidamente, através das relações comerciais de compra e venda. Oliveira (1981, p.30) descreve:

O que preside o processo de constituição das "regiões" é o modo de produção capitalista, e dentro dele, as "regiões" são apenas espaços sócio-econômicos onde uma das formas do capital se sobrepõe às demais, homogeneizando a "região" exatamente pela sua predominância e pela conseqüente constituição de classes sociais cuja hierarquia e poder são determinados pelo lugar e forma em que são personas do capital e de sua contradição básica.

Ao buscar entender a historicidade da formação do Nordeste como Nordeste partimos da perspectiva de que é a partir da economia capitalista e das relações comerciais entre metrópoles industrializadas e polos coloniais que se dá a gênese do Nordeste como conhecemos. Historicamente, a economia do Nordeste baseava-se na exportação internacional, contudo, com a crise exportadora no final do século XIX, os produtores e exportadores nordestinos se articularam com o comércio interno, principalmente com o complexo cafeeiro (abrangendo desde o território do Vale da Paraíba até o Oeste de São Paulo).

Nessa articulação comercial voltada para o interior do país, a região nordestina passa a participar da economia no papel de complementaridade, visto que, a economia nacional possuía como centro a região cafeeira. Nessa fase, houve uma expansão dos produtos nordestinos no mercado do país, por exemplo, a venda do açúcar pernambucano no Brasil foi de 10,5 mil toneladas por ano durante os anos de 1866-1870 para 185 mil toneladas anuais nos anos de 1926-1928 e o Nordeste consolidou-se como maior fornecedor algodoeiro do

país, com 70% do suprimento de algodão da indústria têxtil de São Paulo até 1915 sendo proveniente do Nordeste (Neto, 1997).

Entretanto, com o intenso desenvolvimento e avanço da industrialização de São Paulo e do Sudeste, essas regiões intensificaram a sua produção e expandiram seus produtos pelo país, assim sendo, o Nordeste perdeu espaço no mercado do Sudeste e do Sul. “Dessa forma, a complementaridade existente deu lugar à intensificação da competição que começava a deslocar os produtos nordestinos dos mercados do Sudeste e do Sul” (Neto, 1997, p.44). Essa tendência competitiva expandiu-se a ponto de afetar os produtos regionais no próprio mercado nordestino, “o Nordeste passou, a partir de então, a registrar significativo déficit no seu balanço comercial com as demais regiões, o que se explica, em grande parte, pela dupla perda de mercados: o próprio mercado regional e o das demais regiões nas quais colocava alguns dos seus produtos” (Neto, 1997, p.45).

Nesse processo, a divisão regional do trabalho no Brasil é definida a partir do desenvolvimento industrial de São Paulo, “ou mais rigorosamente, começou a forjar uma divisão regional do trabalho nacional, em substituição ao "arquipélago" de economias regionais até então existentes, determinadas sobretudo pelas suas relações com o exterior” (Oliveira, 1981, p.74).

Dinamiza-se uma relação inter-regional, onde há uma concentração de riqueza em uma região em detrimento de outra região, determina também uma disparidade na socialização e concentração do trabalho, que concentra a pobreza nessas regiões subalternizadas e, conseqüentemente, adensa a formação de “segmentos inferiores do proletariado, e deste para o lumpemproletariado” (Medeiros, 2024, p.8).

Esse processo de marginalização da região nordestina só se intensifica. A partir da década de 1930, o Estado, defendendo os interesses dos grupos industriais sudestinos, especialmente os de São Paulo, colocou em prática ações que viabilizaram o avanço desses grupos no país através da redução de impostos e do desenvolvimento do sistema de transporte. Como consequência desse estímulo na metade dos anos de 1950, a indústria sudestina, a indústria pesada, se reverberou transformando e impactando o Nordeste ao colocá-lo à margem do processo de industrialização, o que construiu um déficit comercial na região nordestina em relação às demais regiões e agravou as desigualdades inter-regionais (Neto, 1997).

Acerca disso, Francisco de Oliveira (1981) descreve o enfraquecimento da economia regional nordestina, tanto agrícola, quanto industrial, como o que propiciou a acumulação de capital na região que ele denomina Centro-sul:

Quanto às relações entre a "região" Centro-Sul comandada por São Paulo e o "Nordeste", tanto açucareiro-têxtil quanto algodoeiro-pecuário, esse movimento começa exatamente pela destruição dos capitais no "Nordeste": são fábricas que não conseguem competir em preço e qualidade, são atividades antes protegidas pelas barreiras, são as próprias formas anteriores de reprodução do capital, nos "Nordestes", que são postas em xeque; suas circularidades específicas de reprodução são ultrapassadas e dissolvidas pela nova forma de reprodução do capital da "região" em expansão, tendo em vista o caráter acumulativo que os aumentos da produtividade do trabalho imprimem ao processo de geração de valor; nisto reside a metamorfose da imposição do equivalente geral a todo o conjunto da economia, isto é, na troca de valores iguais ganha o que tem em si maior produtividade do trabalho (Oliveira, 1981, p.76).

Nessa divisão regional do trabalho, definida por essa dinâmica de submissão do Nordeste, a região cumpre a função de regulador econômico para outras regiões através da oferta de força de trabalho barata resultante das migrações. Sobre isso, Ianni (2019, p.194), em suas elaborações sobre a questão regional no contexto da ditadura militar de 1964, reforça que “[...] os trabalhadores rurais e urbanos do Nordeste têm sido o principal contingente de reserva da força de trabalho, com o qual a burguesia tem contado para desenvolver e diversificar a expansão da capital”.

Um exemplo importante que reflete o papel histórico do Nordeste na divisão inter-regional do trabalho e na constituição de reserva da superpopulação relativa no Brasil foi a construção de Brasília (1956-1960), que comprova o que Ianni (2019) destaca:

Junto com as relações de produção extremamente adversas aos trabalhadores rurais, desenvolvem-se o desemprego e o subemprego, no campo e na cidade. O Nordeste tem sido e continua a ser uma região na qual o capitalismo em funcionamento no Brasil tem buscado e rebuscado reservas de força de trabalho (Ianni, 2019, p.199).

A construção da Capital se deu no governo de Juscelino Kubitschek, sendo importante destacar que 43% dos trabalhadores que estavam presentes como força de trabalho para a construção da cidade eram de migrantes nordestinos, que foram para Brasília devido à seca que assolou o Nordeste em 1958, buscando melhores condições de vida, foram para o estado. Entretanto, o que encontraram foram situações insalubres de trabalho e abusos de poder e viviam envoltos em violências e precarização. Esses trabalhadores ficaram conhecidos como “candangos”², tendo hoje um monumento em “homenagem” localizado na Praça dos Três Poderes (Luiz, 2007, p. 49).

² A definição de “candangos”, inicialmente era no sentido depreciativo, a palavra tem origem africana e o seu significado era atrelado a algo ruim e vilanesco, porém com a “exaltação” que só ocorria na fala realizada pelo governo da época, a palavra foi interligada aos operários de obra e os trabalhadores braçais, que migraram para o Planalto Central na segunda metade da década de 1950 para trabalhar na construção da nova capital da República. Em sua maioria eram nordestinos, que tinham pouca escolaridade e migraram com a esperança de um futuro bom para suas famílias (Luiz, 2007).

Basta perambular pelas ruas, prestar atenção no linguajar dos moradores, nas conversas acaloradas dos feirantes e clientes, para perceber que a população de Ceilândia tem uma forte herança nordestina, manifestada nos hábitos culturais, na comida, religiosidade e, claro, em alguns aspectos de caráter físico. A explicação pode ser obtida nos idos anos cinquenta, que compreendem o período da construção, uma vez que a grande maioria dos migrantes, 43%,⁸⁵ haviam nascido em municípios daquela região. Em 1997, apesar do crescimento e conseqüente miscigenação da população, esse índice ainda era de 34,2% [...] (Luiz, 2007, p.119).

Nesse cenário, desenvolve-se um conflito entre as Ligas camponesas³, que se organizavam em prol da luta pela reforma agrária, e os grandes proprietários de terra que se armaram para evitar a desapropriação das terras que possuíam e se opor às reivindicações dos trabalhadores rurais. É nesse contexto de tensão sócio-política que emerge a Questão Nordeste em meio ao desenvolvimento do capitalismo monopolista (Neto, 1997).

A região é obra das relações de produção e reprodução social. A figura do migrante nordestino é fruto disso, o que expressa a operação de processos de expropriações que, no Brasil, teriam se configurado de maneira mais estrutural e menos episódica. Nessa perspectiva, se, por um lado, o Nordeste é reserva de superpopulação relativa, também é, por outro, espaço onde se imbricam dialeticamente uma forma especial de reprodução do capital, e, por consequência, uma forma especial da luta de classes (Medeiros, 2024, p.5).

A burguesia agropecuária e agrícola do Nordeste temia que ambições democráticas insurgissem dessas tensões e prejudicasse o modo de produção o qual eles dominavam e a burguesia nacional e estrangeira, devido a experiência da Revolução Cubana, buscava afastar a possibilidade de qualquer evento parecido. Portanto, essas burguesias se juntaram para colocar o Nordeste como uma região perigosa, a fim de criar condições para que o Estado atuasse sobre ela para controlar e reprimir os movimentos políticos democráticos de base operária e camponesa com a justificativa do risco de uma revolução nordestina em iminência.

A própria Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), em um documento publicado em 1962, descreveu um quadro muito “sério”. Refere-se aos “problemas sociais e políticos de suma gravidade”, tais como “insatisfação”, “ressentimentos”, “desempregados”, “redução do prestígio do poder público” junto às camadas populares e “aparecimento de associações camponesas com vistas a resolver o problema imediato de acesso à terra” (Ianni, 2019, p.183).

Segundo Ianni (2019), após o Golpe de 1964 e a efetivação da ditadura militar brasileira, a região Nordeste passou a ter “nova” centralidade: a grande burguesia observava a região como “perigosa” diante da “ameaça comunista”, o que aprofundou a repressão vivida pelos trabalhadores nordestinos. Sobre isso, o autor nos detalha o seguinte:

³Ligas Camponesas referem-se às associações políticas dos trabalhadores rurais que tiveram sua gênese em Pernambuco na década de 1950. Os camponeses buscavam lutar por melhores condições de vida e trabalho, sendo exemplo de resistência (Ianni, 2004).

Além das demissões, cassações e prisões, muitos desapareceram. “Há os que morreram. Há os que ficaram mutilados para sempre.” Muitos “mortos sem sepultura”. A repressão “trucidou líderes camponeses paraibanos em terras de Pernambuco, jogando seus cadáveres no mato”. Sumiram. Muitos eram sepultados como indigentes. “Nunca se soube, ao certo, a identidade dos mortos” (Ianni, 2019, p. 181).

Com a repressão política e policial, a exploração da região e do povo nordestino se agravou sob o governo do Estado que viabilizou a superexploração dos trabalhadores do Nordeste de forma tão desmedida que as condições de vida de trabalho se precarizaram intensamente. Vale lembrar que, para garantir os meios de exploração da classe trabalhadora, é necessário garantir uma superpopulação relativa. E o Nordeste tornou-se essa reserva de superpopulação relativa. A divisão nordeste-sudeste cria um cenário propício para fortalecer as desigualdades regionais e hierarquizar as regiões, garantindo a expropriação da região Nordeste através de oferta a baixo custo de força de trabalho, com as migrações, e recursos naturais a baixo custo também (Ianni, 2019).

O Nordeste, nesse sentido, cumpre um importante papel histórico, funcionando como uma verdadeira reserva de força de trabalho, ou de superpopulação relativa, no país, garantindo o baixo custo da força de trabalho (abaixo do valor necessário para sua reprodução). Isto, no nosso entendimento, expressa uma particularidade da questão regional do capitalismo dependente, pois possui íntima relação com o processo de superexploração da força de trabalho (Medeiros, 2024, p.8-9).

As condições de vida e trabalho precárias e a seca de 1970 foram utilizadas para que a classe dominante construísse uma nova roupagem para o Nordeste, a de uma região castigada pela natureza. Agora a região, antes perigosa, era posta como flagelada pelo clima e, por isso, a miséria se assolava por lá, quando na realidade essa miséria vem de um padrão de reprodução do capital que marginaliza a economia local e superexplora a força de trabalho da população (Ianni, 2019).

Ademais, a criação dos estereótipos nordestinos serve para, além de culpabilizar o Nordeste, invisibilizar a luta e o desenvolvimento da região, como Arruda e Mattos (2018, p.102), destacam:

O Nordeste miserável é uma representação construída que funcionou para escamotear a dominação que se exercia sobre trabalhadores rurais, ao naturalizar a miséria da terra e, por conseguinte, a do homem, assim tornando invisível a formação de capital e a sua acumulação concentrada, produzida em todas as sub áreas geográficas do Nordeste, compreendendo a zona da mata, do agreste, sertão e meio norte.

E como corroborado por Ianni (2019, p.208):

É bastante fecundo e diversificado o arsenal ideológico das classes dominantes no Brasil, e não apenas no Nordeste. Em geral, as classes dominantes e os seus funcionários articulam com grande desembaraço a ficção ideológica, o labirinto, o insólito, as ideias exóticas renascidas no lugar, ao mesmo tempo que a brutalidade da repressão política e econômica, pública e privada.

Para as classes dominantes é válido condicionar o nordestino como “flagelado, exótico, ou mesmo como ameaça”, pois é necessário para garantir a dominação e exploração das classes subalternas da região. “O colorido regional garante as divisões que garantem o poder das classes dominantes, sejam quais forem os governantes da ocasião, civis, militares, ou militares em trajes civis” (Ianni, 2019, p.206).

Nessa perspectiva, a ditadura significou para o bloco burguês, além de dominação política, expropriação econômica, através de um aparelho estatal repressivo que garantia a “superexploração do proletariado e do campesinato, em benefício do capital monopolista, sob o comando do imperialismo” (Ianni, 2019, p.242). Contudo, a repressão ditatorial constitui uma contradição onde ao acentuar a exploração da força de trabalho, provoca a repolitização dos trabalhadores.

Se é verdade que todos se repolitizam de uma forma especial sob a ditadura, são os operários e camponeses que são levados a uma repolitização mais larga e mais funda. As greves dos trabalhadores da agroindústria canavieira, em 1979 e 1980, são expressões desse processo político de profunda significação para o Nordeste e o Brasil (Ianni, 2019, p.208).

O aprofundamento das contradições de classes governadas pelo Estado provocou inquietação nos “operários, camponeses, setores das classes médias, empresários, intelectuais, estudantes, homens e mulheres, na cidade e no campo” devidos às condições de violência, repressão e opressão, o que causa uma crise de hegemonia e contribui para o desenvolvimento de um movimento democrático por todo o país (Ianni, 2019, p.343). Os descontentamentos dos trabalhadores ganham força com a crise hegemônica, onde constituintes do bloco de poder, “como certos setores da Igreja Católica, classe média e militares” retiram seu apoio à ditadura:

O recrudescimento da onda inflacionária, os usos da repressão para servir ao grande capital, a incapacidade de qualquer grupo ou membro do aparelho de poder de falar à nação, como estadista ou líder nacional, a corrupção, as mordomias são muitas as razões nas quais amplos setores do bloco de poder se apegam para retirar o seu apoio, propor outras direções ao país, ou mesmo aceitar uma aliança tática com o proletariado e o campesinato, as duas classes contra as quais recaíram mais brutalmente a repressão, a exploração e a boçalidade da ditadura (Ianni, 2019, p.345).

No imbricamento dessas contradições e lutas, se desenvolve um amplo processo de redemocratização em busca de recuperar as conquistas democráticas e conquistar outros direitos básicos e preliminares, o que reflete-se na conquista da Constituição Federal de 1988 que, no artigo 170, inciso VII, aborda a importância e necessidades de esforços de “redução das desigualdades regionais e sociais” para o cumprimento da valorização do trabalho humano, o que desencadeia iniciativas como o incentivo ao acesso à educação superior e políticas voltadas para a convivência com o semiárido .

Entretanto, desde os anos 90, é empregada uma contrarreforma no Estado brasileiro tendo como lema o ajuste fiscal, pautando-se na crise econômica dos anos 80 para justificar as ações de caráter “pragmática, imediatista, submissa e antipopular” com o fim de “reduzir custos”. Afetando diretamente as condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora que mesmo que de forma contida e limitada havia alcançado conquistas trabalhistas nos anos anteriores (Behring e Boschetti, 2017, p.150-151).

As desigualdades regionais são renovadas até os dias de hoje para manter as relações hierárquicas de classes. Caracteriza-se como mecanismo dessa reprodução hoje, assim como no passado, o embate das reivindicações da classe trabalhadora. Com o argumento de enfrentamento às crises econômicas são orquestradas séries de flexibilizações das condições de trabalho, dando fim a estabilidade dos empregos, fruto de lutas históricas (Amaral, 2018).

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), publicada pelo IBGE no ano de 2025, apresenta os seguintes dados: O Nordeste possui a maior taxa de desemprego (8,6%), sem índice de redução e o Sul a menor taxa (3,6%), com uma redução de 0,5% em relação a última pesquisa; acerca do percentual de carteiras assinadas o Norte (60,3%) e Nordeste (58,1%) possuem os menores números em comparação ao Sul (81,9%) e no que tange aos trabalhadores por conta própria as taxa dessas mesmas regiões são superiores, Norte (29,4%) e Nordeste (26,9%).

Diante desses dados acreditamos ser essencial levar em consideração a divisão inter-regional do trabalho como acentuante da precarização do trabalho no Norte e Nordeste do país até hoje, sendo renovada nos marcos do capitalismo neoliberal, para garantir os meios de superexploração da força de trabalho. Assim, sucedem-se questionamentos acerca de como se dá essa forma de subordinação de estratos da classe trabalhadora regional na dimensão da opressão e dominação de raça, classe e gênero. Pretendemos melhor desenvolver tais

aspectos no próximo capítulo, o que certamente subsidiará a análise das novas configurações regionalizadas da dinâmica do trabalho e suas repercussões para as mulheres⁴.

⁴ Ao tratarmos sobre as mulheres, partimos do pressuposto de que não se trata de um segmento homogêneo, mas muito diverso (com múltiplas mediações e determinações relativas ao gênero, à sexualidade, raça, classe, geração etc). Contudo, pela natureza do trabalho de pesquisa que aqui se apresenta, priorizamos o diálogo mais aprofundado com os aspectos constitutivos da situação de classe (incorporando necessariamente gênero e raça) na relação com as opressões, que, ao nosso ver, assumem centralidade para o entendimento de tendências mais gerais no âmbito da questão regional no Brasil, ontem e hoje, implicando também sobre outros marcadores sociais e opressões. Isto mesmo que sob outros vieses e com especificidades.

3. DIVISÃO INTER-REGIONAL DO TRABALHO E SUPEREXPLORAÇÃO: a relação entre classe, raça e gênero.

Este capítulo será voltado para a investigação de como a divisão inter-regional do trabalho é estruturada pela superexploração do trabalho, materializada nas opressões, sejam elas de classe, raça ou gênero, que as intensificam e constituem historicamente aspectos da formação da classe trabalhadora brasileira. Sendo assim, para subsidiar essa explicação, é importante inicialmente compreender que a questão social no Brasil expressa as desigualdades do modo de produção capitalista, fruto da relação entre exploração, dominação e opressão de diversas ordens e naturezas. Neste âmbito, há que se atentar para o que Iamamoto (2001, p.16) apresenta:

A questão social expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais, colocando em causa as relações entre amplos segmentos da sociedade civil e o poder estatal.

Partindo desse aspecto, urge a necessidade de aprofundar o conhecimento destas “mediações”, tendo em vista que elas não existem separadamente, são um emaranhado que não podem ser desenrolados, superados, com apenas uma de suas pontas. Como as autoras Gouvêa e Mastropaolo (2019) apresentam, a compreensão da divisão social do trabalho dissociada da divisão racial, sexual e internacional do trabalho não passa de uma idealização, além do que, para se entender o racismo, o patriarcado e a dependência, é necessário observar a mercantilização que os sujeitos estão inseridos, que sobredetermina as opressões no capitalismo.

Principalmente ao se falar de Brasil, estes aspectos se mostram em diversas faces. Para analisar a formação da classe trabalhadora brasileira, por exemplo, é impossível não observar que um país que tem em sua gênese anos de escravismo e que não executou medidas para a integração das pessoas antes escravizadas, tem sua classe trabalhadora formada boa parte por esses grupos, mantendo essa população em condições subalternizadas até hoje, sobretudo, as mulheres negras.

3.1. Capitalismo-racismo-patriarcado na Formação Social Brasileira.

Partimos da perspectiva que a base da formação social brasileira se dá nas relações de opressão classe-raça-gênero. Dessa maneira, como vimos anteriormente, o capitalismo dependente é estruturado pela superexploração do trabalho que é viabilizada e mantida através

das relações de opressões que criam hierarquias sociais, inclusive, entre os próprios oprimidos.

Entendemos que a formação da classe trabalhadora assalariada no Brasil ocorre de forma processual e direcionada pelo grande capital para garantir a exploração da mais valia nos moldes capitalistas. Para melhor entendimento da relação dialética, contraditória e unitária entre as relações de opressão, exploração e dominação no desenvolvimento capitalista, particularmente nas condições de dependência, é imprescindível analisar a base sobre qual se ergue o patriarcado e o racismo na sociedade capitalista.

Portanto, se faz importante revisitar o processo histórico que se constitui a coisificação dos povos. Tendo como base o que María Lugones (2014, p.936) destaca, ao definirmos que desde a colonização estabelece-se conceitos dicotômicos, que dividem os povos em humano e não humano, onde “os povos indígenas das Américas e os/as africanos/as escravizados/as eram classificados/as como espécies não humanas – como animais, incontrolavelmente sexuais e selvagens”, essa ideologia justificava a dominação violenta dos ditos selvagens pelos ditos humanos, o homem ocidental responsável por civilizá-los. “A missão civilizatória colonial era a máscara eufemística do acesso brutal aos corpos das pessoas através de uma exploração inimaginável, violação sexual, controle a reprodução e terror sistemático” (Lugones, 2014, p.938).

A colonização do Brasil, ocorrida entre os séculos 1530-1822, tratou-se de “um violento processo de dominação, opressão, exploração, expropriação da terra, dos produtos brasileiros e principalmente das pessoas que já viviam nas terras brasileiras”, baseada no mercantilismo que nasce na Europa, onde as relações econômicas e sociais por aqui possuíam como figura central o dono de engenho, o proprietário de terras, de riqueza e de poder, que detinha essa tríplice através da invasão e apropriação das terras, da exploração do trabalho das pessoas escravizadas, dos corpos das mulheres indígenas e, posteriormente, das mulheres negras escravizadas (Mesquita e Cassiano, 2023, p.4).

Assim se desenvolveu o homem branco europeu, burguês, heterossexual, cristão, colonial moderno como responsável e capaz pela vida pública e pelo governo, sendo o significado de civilidade e racionalidade e a mulher branca europeia burguesa “que reproduzia raça e capital” constituindo uma versão inferior dele, sendo caracterizada pela pureza sexual, pela passividade e por sua indissociabilidade do lar, encarregadas do papel de governar o lar a serviço do homem branco europeu. Já os povos de outras raças eram relegados à condição de não humanos, portanto, o gênero, uma característica atribuída aos “humanos”, não os abrangia (Lugones, 2014, p.936).

Exemplo disso é que a exploração da força de trabalho da mulher negra escravizada não recebia distinção alguma devido ao seu gênero feminino, que no patriarcado exprime as mulheres brancas a fragilidade. As mulheres escravizadas trabalhavam tanto quanto os homens escravizados, entretanto, quando se tratavam das formas de violação, o gênero fazia-se presente: “Quando era lucrativo explorá-las como se fossem homens, eram vistas como desprovidas de gênero; mas, quando podiam ser exploradas, punidas e reprimidas de modos cabíveis apenas às mulheres, elas eram reduzidas exclusivamente à sua condição de fêmea” (Davis, 2016, p. 19 *apud* Lima, 2022, p.244).

No discurso de Sojourner Truth, uma ativista abolicionista do século XIX, na Convenção das Mulheres de 1851, ela rebate os argumentos levantados de que as mulheres eram fisicamente inferiores e incapazes de exercer trabalho manual como os homens e ressalta justamente esse aspecto do patriarcado racial, onde a definição de mulher como ser frágil e incapaz de exercer trabalho manual e responsável apenas pelo seu lar não correspondia a sua própria existência, além de que nem como mãe era vista, apenas como reprodutora de força de trabalho escravizada:

[...] Que o homem lá fala que as mulheres precisam de ajuda para subir na carruagem, para passar sobre valas e para ter os melhores lugares [...] e eu não sou uma mulher? Olhem para mim! Olhem para meu braço! [...] Eu lavei e plantei e juntei os grãos no celeiro e nenhum homem conseguia passar na minha frente – e eu não sou uma mulher? Eu conseguia trabalhar tanto quanto qualquer homem (quando conseguia trabalho), e aguentar o chicote também – e eu não sou uma mulher? Pari cinco crianças e vi a maioria delas ser vendida para a escravidão, e quando chorei meu luto de mãe, ninguém além de Jesus me ouviu – e eu não sou uma mulher? (Hooks, 2019, p.226).

Beatriz Nascimento (2021), ao analisar os papéis de gênero, instituídos ainda no período colonial, a partir da raça, entende que à mulher branca é atribuído o papel improdutivo, onde tem como dever se dedicar integralmente a ser uma esposa e mãe dedicada, enquanto a mulher negra é uma produtora, sendo essencialmente uma trabalhadora e fornecedora de força de trabalho.

Observa-se, portanto, como o racismo e o patriarcado são fenômenos que se estabelecem no colonialismo, ambos perpassando um pelo outro, servindo para determinar a quem se dar e como se dar o poder na sociedade, pois dentro do racismo constitui o patriarcado e dentro do patriarcado constitui-se o racismo, visto que, o primeiro é uma forma de dominação de uma raça sobre as demais e o segundo garante a submissão das mulheres perante os homens, justificando a marginalização das mulheres em determinados espaços e

atividades, na defesa de que existam espaços específicos para as mulheres (Mesquita e Cassiano, 2023).

Em relação a divisão sexual do trabalho, Saffioti (2015, p.61) nos diz o seguinte:

Entendido como imagens que as sociedades constroem do masculino e do feminino, não pode haver uma só sociedade sem gênero. A ela corresponde uma certa divisão social do trabalho, conhecida como divisão sexual do trabalho, na medida em que ela se faz obedecendo ao critério de sexo.

Ressaltamos quem é o homem que ocupa o topo da hierarquização no patriarcado partindo da concepção do cisheteropatriarcado, com base em Lugones (2014), o papel e molde imposto nos corpos ditos como masculino é baseado na ideia eurocentrada, um homem, branco, cis, hétero, europeu, buguês e cristão, que é posto como provedor da casa e que tem a mulher como submissa a sua autoridade. Essa é a representação do lugar do sujeito homem nas relações que formam a divisão sexual do trabalho e os mecanismos de opressão dicotômicos entre homens e mulheres.

Constituiu-se no Brasil colônia uma dinâmica onde quem concentrava poder eram os senhores de engenho e fazendeiros, os quais compunham a elite rural, que se manteve até a Independência do país onde se iniciou um processo de transição para a ordem social competitiva (Fernandes, 2008). Portanto, a “[...] Independência do Brasil funcionou como uma revolução social dos brancos e para os brancos” (Fernandes, 2006, p. 36 apud Mesquita e Cassiano, 2023, p.12), onde as forças dominantes não defendiam o fim da escravidão por seu caráter humanitário, mas sim por ser um símbolo colonial.

[...] de um lado, a revolução abolicionista, apesar de seu sentido e conteúdo humanitários, fermentou, amadureceu e eclodiu como um processo histórico de condenação do “antigo regime” em termos de interesses econômicos, valores sociais e ideais políticos da “raça” dominante (Fernandes, 2008, p.17).

A transição do escravismo colonial para o capitalismo dependente se dá com base em uma estrutura que garanta as condições de exploração do trabalho, em uma dinâmica de exclusão que se centra na estratificação social. Diante disso, no desenvolvimento do capitalismo no Brasil são criadas e reproduzidas as condições permanentes de opressão de gênero e raça. Como Saffioti (1976) apresenta:

A instauração de um novo modo de produção envolve um grande ônus para certos setores da população de uma sociedade. Na passagem do modo de produção feudal para o modo capitalista este ônus social pesará sobre os estamentos inferiores da antiga ordem que, progressivamente, se vão constituindo como classes sociais subprivilegiadas. Torna-se clara, no novo regime, a divisão da sociedade em classes

sociais e a exploração econômica de que é alvo uma delas por parte da outra (Saffioti, 1976, p.20).

Partindo desse pressuposto, seguimos os conhecimentos de María Lugones (2014), ao entendermos que as relações capitalistas se utilizam das formas coloniais de opressões de gênero, classe e raça e as renovam nos marcos do capitalismo utilizando-as como subsídios de estratificação da classe trabalhadora. “Diferentemente da colonização, a colonialidade do gênero ainda está conosco; é o que permanece na intersecção de gênero/classe/raça como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial” (Lugones, 2014, p.939). Na colonialidade ocorre a desumanização dos povos o que intermedia a classificação deles, a colonialidade de gênero constitui-se como a opressão de gênero racializada capitalista, as mulheres passam a ser subalternizadas através de uma combinação de “racialização, colonização, exploração capitalista, e heterossexualismo” (Lugones, 2014, p.941).

O racismo e o patriarcado em nossa sociedade não são meramente herança escravocrata, mas uma relação que é produzida e reproduzida pelas relações capitalistas de dominação pós-escravidão, utilizadas por uma classe dominante burguesa, para fundamentar uma estrutura hierárquica de classes que define quem vai ocupar determinados espaços, garantindo, assim, os meios de acumulação do capital e a manutenção do seu domínio. As opressões, portanto, são atualizadas para garantir os meios do modo de produção vigente:

As razões pelas quais as mulheres são oprimidas hoje não são exatamente as mesmas que as do passado, contudo, o tempo atual é marcado por um contexto capitalista que, por conta da pressão da reprodução social posta pela acumulação capitalista, cria e reproduz continuamente as condições para opressão de gênero e sexual (Arruza; Bhattacharya; Fraser, 2019). Assim, o termo patriarcado é frequentemente utilizado em textos feministas para tratar da desigualdade e da opressão de gênero, mostrando que são questões que não podem ser reduzidas ao nível de relações interpessoais, mas possuem caráter de consistência social. Ou seja, o patriarcado é estruturado e estruturante do nosso modo de produção (Mesquita e Cassiano, 2023, p.20).

Com o estabelecimento de relações capitalistas no Brasil, em especial, com o mercado de trabalho livre e a industrialização, as mulheres passam a ocupar postos de trabalhos na esfera pública, fruto também de reivindicações feministas que se opunham aos ideais patriarcais que condicionam a mulher apenas ao lugar reprodutivo e privado. Entretanto, essa inserção no mercado de trabalho se deu nas circunstâncias capitalistas, servindo como instrumento de exploração, contribuindo diretamente para a acumulação capitalista em formação. A extração do máximo de mais valia absoluta através da exploração das mulheres se dava por essas serem consideradas inferiores socialmente e, portanto, só acessarem

trabalhos também considerados inferiores e com salários menores que os dos homens (Saffioti, 1976).

Diante disso, as mulheres como sujeito inserido na dinâmica da divisão sexual do trabalho, precisam enfrentar diariamente os moldes patriarcais que definem o que seria trabalho de homem e de mulher, além de lidar com a hierarquização do trabalho masculino, o que afeta seus salários e condições de vida, o que historicamente garantiu e garante um panorama de exploração das mulheres, visto que as mesmas necessitam em sua maioria unir uma dupla e até mesmo tripla jornada de trabalho seja ele remunerado ou não (Hirata e Kergoat, 2007, p.599).

Tanto a dona-de-casa, que deve trazer a residência segundo o gosto do marido, quanto a trabalhadora assalariada, que acumula duas jornadas de trabalho, são objetos da exploração do homem, no plano da família. Na qualidade de trabalhadora discriminada, obrigada a aceitar menores salários, a mulher é, no plano mais geral da sociedade, alvo da exploração do empresário capitalista. Desta sorte, fica patente a dupla dimensão do patriarcado: a dominação e a exploração (Saffioti, 1987, p. 51 *apud* Nogueira e Passos, 2020, p.2).

À mulher é atribuído o trabalho de cuidado não remunerado, o que limita a participação em atividades remuneradas e cria disparidades em relação aos homens que não têm a mesma obrigação com o trabalho no ambiente doméstico. Mesmo passando a desenvolver atividades que antes eram restritas a homens e assumindo o papel de sustentar a casa, as mulheres não deixaram de ser inferiorizadas, condicionadas à submissão e continuaram como as responsáveis pelo papel do cuidado (Azevedo e Dutra, 2019). Nesse contexto, “o trabalho doméstico e de cuidados, importantes atividades de sustentação das vidas de todas as pessoas e de sustentação também dos demais trabalhos, segue majoritariamente realizado pelas mulheres, de forma remunerada e não remunerada” (Avila; Ferreira; Arantes, 2015. p. 28).

Nessa conjuntura é reafirmado à mulher o espaço doméstico, através da estigmatização do “ser mulher” que naturaliza a restrição aos espaços privados (mesmo nos casos em que o ambiente privado é alheio ao seu como no caso das trabalhadoras domésticas) nas atividades referentes ao materno e o cuidar. Então, no desenvolvimento das forças produtivas, as mulheres são empurradas para as margens do sistema de produção, pois o capitalismo potencializa a inferiorização social das mulheres (Mesquita e Cassiano, 2023)

No processo de individualização inaugurado pelo modo de produção capitalista, a mulher contaria com uma desvantagem social de dupla dimensão: no nível superestrutural era tradicional uma subvalorização das capacidades femininas traduzidas em termos de mitos justificadores da supremacia masculina e, portanto,

da ordem social que a gerara; no plano estrutural, a medida que se desenvolviam as forças produtivas, a mulher vinha sendo progressivamente marginalizada das funções produtivas, ou seja, periféricamente situada no sistema de produção (Saffioti, 1978, p. 20).

Em especial as mulheres negras, pois, como Gonzalez (1984) ressalta, a subalternização das mulheres negras e brancas não se dão da mesma forma, pois, devido ao processo de escravidão e a reatualização do racismo capitalista, a servidão das mulheres negras não se dá no aspecto “da maternagem, da família, dos cuidados e ao seu próprio corpo” (Nogueira e Passos, 2020, p.1).

Entretanto, os lugares sociais das mulheres negras na sociedade escravocrata são cotidianamente reatualizados e materializados na pobreza, desemprego, emprego informal, morte materna, barreiras de acesso à saúde, insegurança alimentar, hipersexualização, marginalização das esferas políticas, controle da sexualidade e, ainda imagens de controle (Lima, 2022, p.244).

Werneck e Silva (2016 apud Lima, 2022) ao analisar como os mecanismos de hierarquização racial são permeados por relações patriarcais, concebem, a partir da perspectiva da interseccionalidade, o conceito de *racismo patriarcal heteronormativo* para definir a atuação do racismo do Brasil e os processos que dão formas à subordinação de indivíduos e grupos a partir do sexismo e da LGBTfobia. “Sob o racismo patriarcal heteronormativo, processos de subordinação, violência e inferiorização das pessoas negras adquire ferramentas que atingem de forma específica todas as que se situam em posições femininas dentro do espectro das identidades de gênero” (Werneck; Silva, 2016, p. 11 apud Lima, 2022).

Seguindo a análise de como é vista a mulher negra no trabalho produtivo a partir de Lélia Gonzalez, Brettas (2024, p.7) destaca:

Lélia Gonzalez (2020, p. 145), ao tratar da situação da mulher negra trabalhadora na região marcada pelo que caracteriza como sendo um capitalismo patriarcal-racista dependente, ressalta que “dentro das profundas desigualdades raciais existentes no continente, a desigualdade sexual está inscrita e muito bem articulada”.

Desse modo, não é possível analisar as trabalhadoras no Brasil sem estudar o lugar da mulher negra no processo da formação brasileira. Lélia Gonzalez (1984) concebe que as mulheres negras são estereotipadas pela concepção de “mulata” e de “doméstica”, em uma ela é sexualizada como a deusa do carnaval, em outra ela é “a mucama permitida, a da prestação de bens e serviços, ou seja, o burro de carga que carrega sua família e a dos outros nas costas” (Gonzalez, 1984, p.8 apud Luna, 2017, p.7).

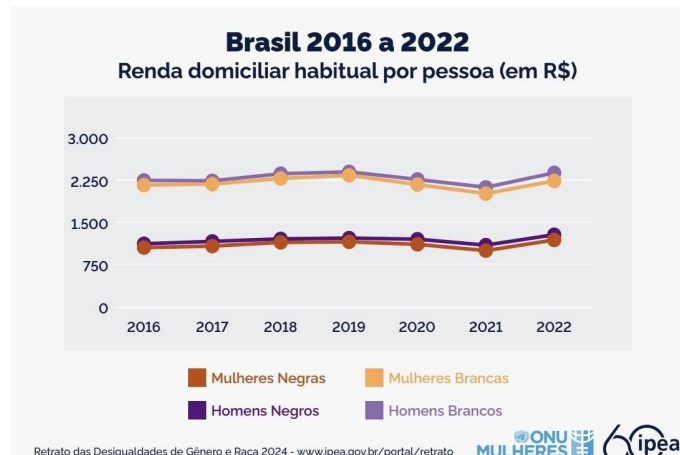
Ademais, é importante relembrar que essa estrutura do patriarcado vem das relações que impõem e controlam as relações sociais de sexo/sexualidade. A construção de um padrão familiar pautado na família cisheteropatriarcal-monogâmica, ignorando completamente as diversas formas de constituição familiar, volta-se para o poder de controlar os corpos tidos como femininos e para manutenção da divisão sexual e racial do trabalho. Isto demanda formas de construção de consenso intermediadas também pela coerção. Daí a violência estrutural contra a mulher, negras/os e a população LGBTQIAPN+, garantindo a hegemonia do capital através de relações de opressão, exploração e violências (Cisne e Santos, 2018). Pois, como vimos no capítulo anterior, o modo de produção capitalista dependente pressupõe a superexploração do trabalho e esta é organizada a partir dessa dinâmica de opressão racial e de gênero que apresentamos. Fundamenta-se uma lógica hierarquizante de classes sociais, assim se dá uma dinâmica econômica onde estabelece os espaços que serão ocupados no mercado de trabalho através do fator racial e de gênero. (Silva e Ratts, 2023).

Nos estudos de Saffioti (2015), é desenvolvido o “nó” como analogia à relação indissociável entre classe social, raça e gênero, que se exprime na realidade das mulheres trabalhadoras brasileiras.

Como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) retrata na pesquisa acerca da renda, pobreza e desigualdade no Brasil, referente ao ano de 2022, “A pobreza no Brasil tem cor. Sua cor é negra”, torna-se inevitável a relação orgânica entre classe, raça e gênero na constituição do trabalho, ontem e hoje, no Brasil. Os dados de trabalho, desemprego e renda per capita, nos mostram que a divisão sexual do trabalho e a divisão inter-regional no país precisa ser levada em consideração na análise.

Exemplificando essa discussão, o *gráfico 1* mostra a média nacional da renda domiciliar habitual por pessoa entre 2016 e 2022, para pessoas brancas se concentrava entre R\$ 2.381,43 e R\$ 2.238,86, o da população negra estava entre R\$ 1.283,85 e R\$ 1.191,66, o que alerta essa disparidade, visto que, era menor do que o salário mínimo que se concentrava no valor de R\$ 1.212,00 em 2022 (IPEA, 2022).

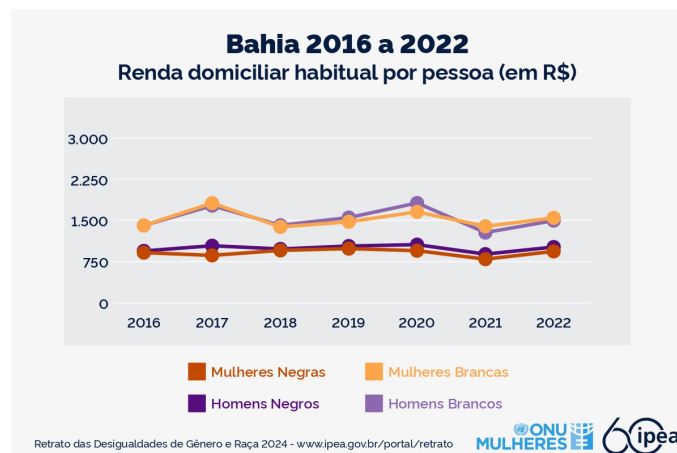
Gráfico 1 — Renda Domiciliar Habitual por pessoa no Brasil de 2016-2022



Fonte: IPEA, 2022.

Enquanto o *gráfico 2* se concentra na média da Bahia, o maior estado do Nordeste em relação à área territorial. Aonde essa desigualdade se agrava, a média dos homens e mulheres brancas ficam entre R\$ 1.544,74 e R\$ 1.495,40, dos homens negros R\$, 1.014,88 e das mulheres negras R\$ 936,43 não chegando nem perto da média nacional (IPEA, 2022).

Gráfico 2 - Renda Domiciliar Habitual por pessoa no estado da Bahia de 2016-2022



Fonte: IPEA, 2022.

Ademais os dados apontam que das 40 milhões de pessoas que ocupavam trabalhos informais, 62% eram negras, sendo 36,7% homens negros e 25,3% mulheres negras (IPEA, 2022), exemplificado o que Gonzalez (2020) observa como fruto do racismo e da falta de inserção da população negra pós-abolição como trabalhadores livres.

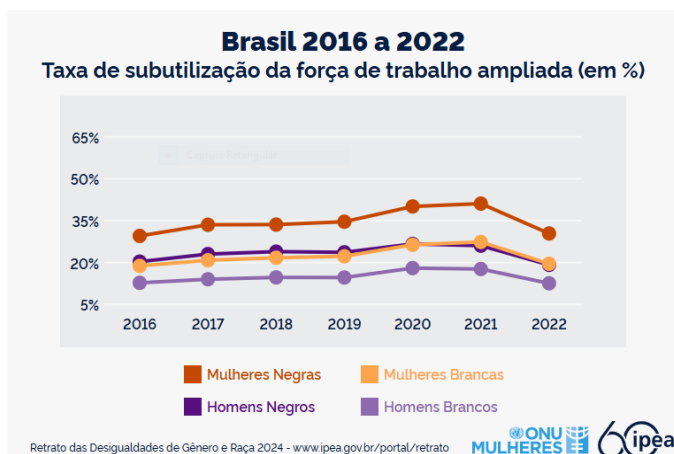
Gráfico 3 — Taxa de informalidade dos ocupados no Brasil de 2016 a 2022



Fonte: IPEA, 2022.

Nesta mesma pesquisa, a taxa de subutilização⁵ aponta que em 2022 mais de 23 milhões de pessoas foram subutilizadas no Brasil, 20,5% da força de trabalho total, correspondente à 30,4% das mulheres negras. O que expressa problemas estruturais no mercado de trabalho e pode estar relacionado com a sobrecarga das atividades não remuneradas de cuidado e afazeres domésticos (IPEA, 2022).

Gráfico 4 — Taxa de subutilização da força de trabalho ampliada no Brasil de 2016 a 2022



Fonte: IPEA, 2022.

Diante desse entendimento de que a raça, classe e gênero andam juntos, de forma que particularizam a realidade das mulheres brasileiras através dessa relação de dominação, opressão, exploração, buscamos particularizar mais ainda essa realidade, ao analisar as

⁵ Indicador referente a relação dos números de desemprego ligado à subocupação por insuficiência de horas trabalhadas e a força de trabalho potencial.

mulheres nordestinas no trabalho. Isto, visto que, como exposto no capítulo anterior, a região nordestina e seu povo também são condicionados a servirem à superexploração capitalista. Portanto, entendemos que as mulheres nordestinas enfrentam as questões atreladas à raça, gênero e classe, de maneira regionalizada, ou seja, sob a mediação da divisão inter-regional do trabalho e, portanto, se faz necessário entender como se dá essa realidade.

3.2. Divisão inter-regional do trabalho e o processo de superexploração da força de trabalho no Brasil .

Inicialmente, considerando os diferentes países e regiões, é crucial compreender a dinâmica dialética entre o universal e o regional. Dessa maneira, para se aprofundar na forma como é dividido o *labor* nas regiões do Brasil, primeiro se faz necessário ressaltar a divisão internacional do trabalho, que é considerada como:

A noção de divisão internacional do trabalho corresponde às funções produtivas desempenhadas por cada Estado nação no sistema internacional e, deste modo, está diretamente ligada a uma divisão do trabalho que também se dá no interior do território nacional (Santos, 1996. p. 106. *apud*, Pereira, 2010. p. 348)

O que demonstra como as funções de cada país interferem na dinâmica econômica interna das regiões. Além disso, nessa divisão de trabalhos, atribuições e recursos para cada estado-nação ocasiona diversos traços desiguais, tanto se observado como é configurado as regiões em cada país ou em relação a formação territorial. Diante disso, ao se falar do caso brasileiro, é essencial destacar a dependência que o constitui. O Brasil se encontra no papel histórico de cumprir tarefas exigidas por classes dominantes de outros países, como Santos (1978) irá destacar: “A cada necessidade imposta pelo sistema em vigor, a resposta foi encontrada, nos países subdesenvolvidos, pela criação de uma nova região ou a transformação das regiões preexistentes” (Santos, 1978, p. 104-105. *apud* Pereira, 2010, p. 348).

Sendo assim, o Brasil enquanto país que se encontra como dependente nas relações externas possui relações econômicas subordinadas que afetam diretamente a classe trabalhadora brasileira. Em tempos favoráveis, como nos anos de ascensão da produção agrícola nos pós anos 60-70, que o consolidou como um dos principais produtores do mundo de grãos, além de ter sua expansão tecnológica e na área de serviço, ainda assim, as condições de vida da população se mantiveram precárias sem “usufruir” do desenvolvimento do país, mas sendo responsável pelo trabalho, tendo sua carga aumentada e as desigualdades e a pobreza ampliadas (Pereira, 2010).

Essa dinâmica de produção de riqueza proporcional ao aumento da miséria e da exploração do trabalho é regular no capitalismo dependente brasileiro. Segundo Mara e Bezerra (2021), esse processo se inicia a partir da ruptura do estatuto colonial no Brasil, com o avanço da revolução industrial e seus desdobramentos pelo mundo. Diante disso, é salientado pelos autores como as determinações desse processo se concentram: primeiramente, se caracteriza pela forma que a classe dominante se centraliza em acumular riqueza a partir do comércio internacional, visando uma economia voltada para o consumo externo, sem incentivar o consumo interno no país, ocasionando o enfraquecimento do comércio interno, e assim, havendo uma inserção subordinada na divisão internacional do trabalho, que opera na transferência de valor e relações de troca de forma desigual com o comércio internacional. Dessa maneira, ocorre no Brasil a intensificação da exploração da força de trabalho, o que os autores destacam como a forma encontrada pela classe dominante de “solucionar” a transição do regime escravocrata para o trabalho livre, mantendo o seu padrão de superexploração da força de trabalho (Mara e Bezerra, 2021).

Partindo desse pressuposto, considerando o conceito de “superexploração” de Marini (2018) atrelado a divisão internacional e regional do trabalho, é válido ressaltar os mecanismos que acarretam essa intensificação da exploração do/a trabalhador/a:

Pois bem, os três mecanismos identificados- a intensificação do trabalho, a prolongação da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para repor sua força de trabalho - configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento de sua capacidade produtiva (Marini, 2018. p. 17).

Dessa forma, esses mecanismo acarretam ao “esgotamento prematuro” do/a trabalhador/a, levando-o/a para uma condição de subsistência, visto que com a exaustão, ocasionada pela superexploração, as condições de vida da classe trabalhadora decaem, e sua principal preocupação se torna em sobreviver. Assim, demonstra a escolha feita do capital, que visando manter esse sistema que sobrevive de exploração, aprisiona os sujeitos nessa dinâmica adoecedora, tendo o seu foco na mais-valia e no seu desenvolvimento. Ademais, quando se trata da classe dominante brasileira, ela possui a característica de se concentrar apenas na manutenção de seus privilégios mesmo se considerado que a mesma é subordinada à classe dominante internacional.

Continuando a análise do universal para o particular dentro da perspectiva abordada até aqui e para o aprofundamento dos mecanismos utilizados no Brasil, é importante ressaltar o que Tatiana Brettas (2024, p.7) destaca:

Sua caracterização precisa ser feita a partir da constatação de que as economias dependentes produzem uma riqueza que é apropriada no exterior, criando uma dinâmica produtora de desigualdades no interior desses países – sobre a qual se ergue a estrutura produtiva, econômica, social e cultural – em consonância com as exigências externas. Ao mesmo tempo, devido ao fato de não reterem grande parte da riqueza que produzem, tendem a intensificar as desigualdades regionais e locais, ao mesmo tempo em que possibilitam ações redistributivas no outro polo.

Sendo assim, é importante frisar que a divisão inter-regional do trabalho está completamente atrelada a forma como as desigualdades regionais se estabelecem e são necessárias para a manutenção do capitalismo dependente. Como Ianni (2019) revela, as desigualdades, sejam elas de classe, raça, gênero e região, existem para garantir o lugar do desenvolvimento capitalista e assim criar mecanismos de opressão, exploração e dominação.

Outra vez, como em muitas ocasiões, como sempre, os desenvolvimentos históricos da sociedade brasileira, em conjunto, e de suas regiões em especial, recolocam a questão da criação e recriação das desigualdades. Além das desigualdades entre as classes sociais, entre as raças e etnias, entre os homens e as mulheres, criam e recriam-se as desigualdades regionais (Ianni, 2019, p. 206)

Para além disso, a questão regional no Brasil afeta diretamente o desenvolvimento do país como nação, ela se mostra como Francisco de Oliveira (1993) chama de “unidade nacional mal resolvida” e tem tendência direta em afetar o desenvolvimento, ocasionando em um desigual crescimento econômico e social. Principalmente quando se trata da divisão inter-regional do trabalho, a compreensão dessas disparidades nacionais se faz crucial, tendo em vista que a questão regional brasileira é parte constituinte da questão social. Essa dinâmica entre regiões afeta o combate às desigualdades sociais na sua fonte, como Fernandes (1993) destaca que esse desigual desenvolvimento ocasiona um “grande dilema nacional”:

O desenvolvimento desigual do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste constitui um grande dilema nacional: põe em risco o equilíbrio da nação; contribui para incentivar a perpetuação de modelos daninos de paternalismo, clientelismo e mandonismo (impedindo até o combate a fome, a multiplicação de trabalho valorizado pelo mercado, a expansão da educação, a formação da democracia, etc); e favorece o fortalecimento de animosidades separatistas potencialmente úteis a um eventual correção do país. (Fernandes, 1993, p.21)

Nesse sentido, sobre a divisão inter-regional do trabalho, é importante inicialmente analisar o panorama que a perpassa. Em face dos conhecimentos do autor Francisco de Oliveira (1977, p.40), em seu livro *A economia da dependência imperfeita*, o autor ressalta que a ampliação da economia brasileira influenciou o “mundo do trabalho”, com destaque para a divisão do trabalho entre as regiões no país, levando em consideração que as mesmas

possuem suas particularidades. Além disso, observa que essa expansão afeta as formas de trabalho, com o aumento de atividades secundárias e terciárias comparada à primária, o que ocasiona a substituição de atividades artesanais por fabris, criando novos tipos de serviços.

No fim da década de 50 e início da década de 60, com o alargamento das desigualdades entre regiões, principalmente entre o Sudeste até então chamado de “Centro-Sul” e o Nordeste, se levantou a questão da existência de uma disparidade regional no Brasil que acarretaria na divisão inter-regional do trabalho. Observando o setor agrícola, industrial e o de serviços, Oliveira (1977, p.51-52) acrescenta que, na “redivisão do trabalho”, as trocas amplamente desiguais afetam uma região a mais do que a outra:

O Sudeste, que tinha, até um certo momento, toda uma estrutura produtiva voltada para a agricultura, quando começa a industrializar-se repassa esta tarefa para o Nordeste e o Sul, para ter como atividade principal a indústria. A partir daí, a tendência é de que o Sul e o Nordeste, em suas trocas com o Sudeste, tenham que vender mais produtos primários para comprar produtos industrializados. Ora, é conhecida a deterioração dos termos de troca nesse esquema em detrimento do Nordeste e do Sul. O Sudeste continua a quase “monopolizar” o setor da indústria, que é o setor de ponta da economia, e a absorver para si todos os ganhos desse setor, que é altamente produtivo.

A partir desse aspecto, foi observado que o processo de industrialização do Sudeste, com foco de São Paulo como centro produtivo para o avanço do capitalismo no Brasil, consolida a divisão inter-regional do trabalho e, conseqüentemente, sufoca a economia de outras regiões. Dessa maneira, principalmente o Nordeste era prejudicado visto a mobilidade e a sua incapacidade de acompanhar e competir com o avanço tecnológico e industrial, o que Oliveira (1997) chama de “desemprego de recursos”, o que cria o alerta e inicia o processo de estratégias para o desenvolvimento da região como a SUDENE (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), criada em 1958.

Esse processo, ao tempo em que alavanca o debate da questão regional no Brasil e o lugar imposto para o Nordeste na dinâmica regional, também fortalece as medidas de controle e invalidação da regionalização, como Oliveira (1990, p.87) destaca:

Não interessa, aqui, reconstituir o largo processo em que as regiões se cristalizaram no Brasil, mediante o aguçamento das diferenças de níveis de desenvolvimento que, aliás, são os próprios fatores determinantes da regionalização. A partir da criação da Sudene, a regionalização do Nordeste é não apenas reconhecida, mas, sobretudo, tornada a substância de uma estratégia visando sua anulação.

Nesta perspectiva, ao ir a fundo no estudo voltado para o Nordeste na divisão inter-regional do trabalho no Brasil, é visto como a região disponibiliza a mão de obra barata

para as demais regiões, servindo historicamente como reserva da força de trabalho, além disso, com o fenômeno das migrações essa relação se intensifica, Oliveira (1990, p.90-91) ainda destaca que as migrações que ocorreram nos anos 20 se tornaram uma marca da questão Nordeste:

“Desde os anos 20 a migração do Nordeste para o Sudeste foi, talvez, a marca principal da "questão nordestina", ao lado "et pour cause" da questão agrária regional. A participação do Nordeste na divisão regional do trabalho no Brasil poderia ser resumida em fornecimento de mão-de-obra e de algumas matérias-primas industriais importantes, tais como algodão e sisal; além disso, a região produzia um excedente de divisas cujo peso na balança comercial e no balanço de pagamentos brasileiro era importante, provavelmente 1/3 do total.”

Ainda nessa perspectiva, Oliveira (1990) observa que mesmo com a “redivisão regional do trabalho”, onde o Nordeste se amplia, passa a participar de trocas comerciais para além do Sudeste, se consolidando como produtor insumos e bens intermediários, o seu papel como região subordinada a outras ainda se mantém, a economia nordestina possui faltas, principalmente no âmbito do consumo. Ao se falar das migrações e da reserva da força de trabalho, é observado que as migrações, mesmo não tendo a adesão e proporções dos anos 1950 e 1960, ainda devem ser consideradas, visto que afetam os territórios e a vida da classe trabalhadora, principalmente para as mulheres nordestinas como será abordado no próximo capítulo.

4. O CONTEXTO PÓS-PANDEMIA E AS “NOVAS” CONFIGURAÇÕES DA DIVISÃO INTER-REGIONAL, SEXUAL E RACIAL DO TRABALHO.

A partir das reflexões e os conceitos desenvolvidos que serviram como base para chegar até aqui, este capítulo irá apresentar quais são os novos mecanismos do trabalho, exemplificando as mudanças nas formas estabelecidas de trabalho, considerando a divisão inter-regional e as relações de opressão de raça, classe, gênero e a região como determinante, tendo como enfoque de análise a realidade das mulheres nordestina, observando as migrações, xenofobia e a questão nordestina.

A concentração da pesquisa nos anos pós-pandemia se deu devido ao aumento da efervescência dos “novos” meios de trabalho, como flexibilização, uberização e a ascensão do *home office*, visto que foi uma forma da classe trabalhadora se manter em tempos de pandemia. Nessa maneira, exige-se a investigação de como as mulheres estão inseridas nessas “novas” formas de trabalho na realidade, como impactam suas vidas, devido a seu papel histórico como “cuidadora”, que gera uma dupla e até tripla jornada de trabalho, o que vem ganhando destaque com o debate da dita “economia do cuidado”.

Importante partir do entendimento que no capitalismo às mulheres possui um lugar imposto, como Aruzza (2023) destaca, os mecanismos do capital transformam e intensificam a subordinação para o devido aumento do valor produzido e consequentemente do lucro mesmo que para isso utilizem de opressão e dominação:

O fenômeno da opressão às mulheres transcende o capitalismo, mas foi completamente transformado pelo capitalismo, e dizer “transformado” não é o mesmo que dizer “integrado”. Ele foi transformado precisamente pela necessidade de subordinar a reprodução social à produção de valor, à produção de lucro (Aruzza, 2023, p. 647)

Ademais, é importante ressaltar que as mulheres são diretamente afetadas pelas consequências do sistema opressor e são colocadas em “linha de frente” para estarem no processo de exploração seja no âmbito privado ou público. Dessa forma, é compreendido o trabalho doméstico, para a economia capitalista, também como meio necessário para a manutenção do capitalismo, como dito por Verônica Ferreira (2017, p.91):

A crítica feminista à economia política demonstra que o trabalho doméstico toma parte da produção do valor na justa medida em que contribui produzindo valores de uso e serviços indispensáveis para manter e reproduzir a mercadoria mais valiosa para o capital, a força de trabalho.

As mulheres como sujeitos diante da dinâmica da divisão do trabalho historicamente se veem tendo que conciliar o trabalho produtivo e reprodutivo em seu dia a dia, sofrendo diversas formas de marginalização e exploração, devido ao “enquadramento” histórico e social do que seria o lugar de mulher, como Hirata e Kergoat (2007, p. 599) observam:

[...] a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada histórica e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticos, religiosos, militares etc.).

Portanto, historicamente as mulheres são designadas prioritariamente às atividades reprodutivas — mesmo quando remuneradas como no caso das empregadas domésticas — e isto tem grande valor no sistema capitalista, porque garante a reprodução da força produtiva ao responsabilizá-las pelas necessidades cotidianas do contingente que atua no trabalho produtivo. Entretanto as relações sociais e de trabalho vêm se alterando, as mulheres já constituem número relevante da massa dos trabalhadores do Brasil, dos 100.984.563 trabalhadores ativos no país em 2023, 43.380.363 eram mulheres (Ministério do Trabalho e Emprego, 2024), assim sendo, ocorrem alterações nas determinações do trabalho resultando nas configurações da divisão inter-regional, racial e sexual do trabalho e que são afetadas pelo avanço do conservadorismo e do neofascismo que afetou diretamente as relações de trabalho e alargou as desigualdades. Ademais, essa “nova realidade” traz consigo problemáticas a respeito da relação entre raça, classe, gênero e região dentro da realidade atual de superexploração da força do trabalho, tendo as “novas” tecnologia da informação e comunicação (TIC’s) como mecanismos que estão diariamente na vida da classe trabalhadora, possuindo inúmeros benefícios e malefícios.

4.1. A Atual Configuração das Relações de Trabalho e a Questão Nordestina

Buscando analisar o panorama atual de trabalho no Brasil pós-pandemia, primeiramente, é interessante exemplificar como o país se encontrava e como a pandemia se mostrou como intensificadora de tendências que já estavam em curso.

Após a crise de 2008, houve a expansão de inclinações neoliberais e conservadoras que vinham sido propagadas nos anos anteriores, entretanto, a crise abriu espaço para sua ampliação, sendo considerada como “o eclodir das contradições” neoliberais, que trouxe ao “mundo do trabalho” novas configurações voltadas para a garantia de velhos interesses:

garantir o lucro através da exploração da força de trabalho. Nessas “novas” roupagens do sistema, o racismo e a xenofobia tomam novo fôlego. Houve também o incentivo do uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICS), controle de algoritmo e “boom” da inteligência artificial (IA) como ferramentas de trabalho, o que, para Santos (2025, p.56), se tratam de novos elementos para o “salto de qualidade dos mecanismos de controle e da exploração”. Mesmo diante de tanta tecnologias avançada, não se pode esquecer que para gerar mais valia e lucro ao capital é necessário força de trabalho explorada e acirramento das desigualdades sociais, como a autora Santos (2025, p. 94-95) destaca:

Embora essas plataformas dependam de tecnologia de ponta, sua lucratividade está intrinsecamente vinculada à manutenção de altas taxas de desemprego, informalidade e precarização do trabalho. Além disso, a profunda divisão sociosexual e racial do trabalho desempenha um papel central na maximização da exploração, viabilizando a extração de força de trabalho a custos ainda mais reduzidos e assegurando vantagens competitivas ao capital.

Diante disso, para obter êxito na manutenção da obtenção de lucro, é utilizada diversas ferramentas, como as redes sociais, as *fake news*, e discursos ideológicos que propagam a ideia de um conservadorismo moral e reacionário, que visam o fortalecimento do neofacismo e a atuação da direita e da extrema direita no mundo.

O neofacismo combina as tecnologias e lógicas contemporâneas com estratégias do facismo clássico como “teorias conspirativas e em práticas xenófobas” e está em andamento desde a crise de 2008 como um processo ofensivo da burguesia em busca de restaurar a ordem capitalista perante as crises do capital, de hegemonia e a luta de classes, diante disso, constitui como seu alvo a classe trabalhadora e a população pauperizada (Mota, 2025, p.8). A ofensiva neofacista estabelece-se como “[...] nacionalista, antifeminista, homofóbico, xenófobo e alimenta uma clara hostilidade contra a ecologia, arte contemporânea e o intelectualismo” (Traverso, 2023a, p.23 apud Mota, 2025, p.8), a fim de combater com moralismo os movimentos sociais contra as formas de exploração, discriminação e opressões, buscam canalizar as insatisfações das massas através do conservadorismo reacionário:

Em momentos de crise do capital, o conservadorismo termina por ganhar fôlego e expressão entre as classes dominadas e no senso comum, pois concentra esforços no sentido de dar vazão ao ressentimento generalizado entre as frações menores da pequena burguesia, dos trabalhadores e do lumpemproletariado, por meio da indicação abstrata de razões para a crise e as dificuldades práticas do cotidiano (Jamerson Souza, 2020, p.78 apud Mota, 2025, p.11).

No Brasil, em 2013, encontrava-se um cenário de efervescência da organização de uma direita jovem e barulhenta, que se colocava como protagonista e politicamente rebelde. Esse avanço de ideais direitistas se consolida com o “impeachment” — que se mostrou mais como um golpe — contra a então presidenta da república Dilma Rousseff em 2016, unido a famosa Operação Lava Jato, criando midiaticamente uma ideia anticorrupção, enfraquecendo a esquerda brasileira com a prisão do então ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva (Mota, 2025).

Dessa forma, o pensamento conservador é legitimado na época, causando diversas contrarreformas principalmente no âmbito do trabalho com o governo Temer (2016-2018), e se afunila ainda mais com a vitória para presidência de Jair Messias Bolsonaro em 2018, que elevou o conservadorismo a outro patamar o que consequentemente alargou as desigualdades, violências e discursos de ódio (Rodrigues e Alves, 2024).

Esses governos ficaram marcados pelos ataques à proteção social e aos direitos trabalhistas, reutiliza-se o discurso liberal de que a solução para a economia do país é diminuir as ações estatais para com o povo — Estado Mínimo. Destaca-se, portanto, a reforma trabalhista, aprovada em 2017 pela lei Nº 13.467, e a reforma da Previdência Social (Emenda Constitucional nº103, de 13 de novembro de 2019). Ambas significam perdas para a população. As alterações na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) serviram para flexibilizar as leis de trabalho (Melo e Morandi, 2021).

A Reforma Trabalhista reduziu parte da estrutura de proteção ao trabalho estabelecida na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT, de 01 de maio de 1943). A nova lei permite formas de contratação de mão de obra sem configurar vínculo trabalhista, que significa sem a garantia de direitos protetivos ao trabalho, prevalecendo o negociado sobre o legislado, e também permite a contratação de mão de obra para trabalho intermitente e terceirizado. Esta reforma levou também à redução do acesso dos trabalhadores aos recursos na Justiça do Trabalho ao estabelecer que os custos do processo, referentes às ações trabalhistas, seriam de responsabilidade do perdedor da ação. O temor de perder a ação faz com que a parte mais frágil, o/a trabalhador/a, seja excluída do caminho da Justiça para dirimir conflitos (Melo e Morandi, 2021, p.108).

Sendo assim, o atual governo Lula, eleito em 2023, se encontra em um ambiente hostil e ultraconservador, que se vê na necessidade de apostar no “poder judiciário e na capilaridade popular dos processos ético-políticos referentes ao julgamento dos golpistas de 2023 que se tornaram objetos de uma acirrada disputa parlamentar e entre eleitores e militantes à esquerda e à direita, na antessala da eleição presidencial de 2026” (Mota, 2025. p. 4).

Demonstrando como o conservadorismo e o facismo estão emergentes e relacionado com as crises do capital, a luta de classes e a tentativas da burguesia de manter a ordem do

capitalismo, principalmente se levado em consideração o atual governo de Donald Trump nos Estados Unidos da América (EUA), que com sua total aversão a imigrantes, desmontes de instituições de direitos humanos e interferências na soberania de outros países, incluindo o Brasil, pode-se considerar que o panorama mundial está cheio de tentativas para a manutenção da ordem capitalista e conseqüentemente inclinada ao neofacismo que está em efervescência (Mota, 2025).

Nessa perspectiva, é possível perceber como o capitalismo no Brasil é fundado e transcorrido com base na exploração, opressão, dominação e violências, tendo destaque a situação das mulheres, povos indígenas e quilombolas, população negra e LGBTQIAPN+. Contudo, como as autoras Rodrigues e Alves (2024, p. 226) destacam, mesmo com essa base estrutural na sociedade brasileira, desde o seu início é válido ressaltar que há luta e resistência:

Portanto, vários são os momentos da história do país marcados por autoritarismo, violência e preconceito, mas também o são pelas lutas de resistência à opressão e a concentração de poder, na busca por democracia, resultantes da operação das lutas de classes em dadas condições sociais e políticas.

A pandemia da Covid-19 que assolou o Brasil, em meio ao governo conservador, neoliberal, negacionista e genocida de Jair Messias Bolsonaro(2019-2022), agravou a realidade brasileira que já se encontrava com alta taxa de desemprego e informalidade e que somada à esse período de recessão econômica evidenciou a miséria oriunda do capitalismo.

A autora Santos (2025), destaca que esse período influenciou na reconfiguração da intensificação da precarização e exploração do trabalho, acelerando a flexibilização do trabalho e dos direitos trabalhistas, além de separar a classe trabalhadora com a transferência de muitos postos de trabalho para o espaço privado. Como destacado por Antunes (2020, p.21 apud Santos, 2025, p. 81) “[...] ao perceber que o isolamento social realizado sob a pandemia vem fragmentando ainda mais a classe trabalhadora, assim dificultando as ações coletivas e a resistência sindical, procuram avançar também na ampliação do home office e do teletrabalho”.

Partindo desse aspecto, é identificado que a pandemia expõe as contradições do capitalismo e as aprofunda. Diante disso, a pós-pandemia, é caracterizada a partir das precárias condições atuais de trabalho que se mostraram com mais efervescência após as relações que foram firmadas na pandemia e que afetaram e afetam diretamente os trabalhadores/trabalhadoras, ocasionando a ampliação das desigualdades, principalmente para

as mulheres da classe trabalhadora, como visto em dados da informalidade, subemprego e flexibilização, causando desdobramentos nas relações de trabalho.

Mota (2025), caracteriza os novos meios de trabalho como consequência de elementos postos pelas contradições capitalistas para levar os/as trabalhadores/as a uma visão fatalista e conformista sobre a vida, levando-os a considerar apenas o imediato, a sua subsistência. Assim, enfraquecendo e afastando os/as trabalhadores/as das organizações e movimentos, ocasionando a falta de embates para as melhores condições de trabalho.

Trata-se de valorizar o presente, sem pretensões futuras, apenas adaptadas às condições existentes, generalizando-se o medo do desemprego, o trabalho a qualquer custo, o fim do horizonte das aposentadorias, a convivência com a precariedade dos serviços públicos etc. A prioridade é garantir a sobrevivência, afastando os sujeitos de quaisquer perspectivas mais amplas e significativas de ação e inserção política e social (Mota, 2025. p. 11)

Com as transformações, os avanços tecnológicos e “novas” configurações do trabalho que se inseriram no modo de produção e retrocessos em relação ao trabalho formal e direitos conquistados, a sociedade brasileira, principalmente, as mulheres trabalhadoras, se vê com condições de vida e trabalho ainda mais precarizadas. Isto, especialmente, levando em consideração o trabalho informal, onde as mulheres se inserem com a perspectiva da “flexibilidade” buscando dar conta do trabalho doméstico, familiar e de cuidado.

São nesses moldes que se fortalece amplamente a ideologia do empreendedorismo e do autônomo, que mascara a precarização do trabalho com a ideia de que o sujeito é sua/seu própria/o chefe e pode definir suas condições de trabalho, quando na realidade se trata de mais uma forma de informalizar as relações de trabalho e superexplorar a classe trabalhadora enquanto camufla o desemprego estrutural (Santos, 2025).

Nesses novos mecanismos de trabalho, há uma efervescência da “plataformização”, podendo ser para delivery, carro por aplicativo, hospedagens, etc. “O termo “uberização” qualifica todas as novas formas de trabalho precário e refere-se a processos, expostos anteriormente, que não se iniciam nem se restringem à Uber” (Cobra, 2024, p.26) sendo o nome dado e propagado para esse meio de trabalho. Esse formato é vendido como uma forma flexível de trabalho, entretanto, o que ocorre é que o trabalhador continua servindo para as demandas do capital com tempos de trabalhos difusos e sendo responsabilizado pelos custos dos instrumentos de trabalho, “Produzindo o que Abílio (2020) caracteriza de trabalhador/a just in time, “um autogerente subordinado, que arca com os riscos e custos de sua própria

produção, sendo utilizado na exata medida das demandas do mercado” (Abílio, 2020, p.112 apud Santos, 2025, p.61).

Dessa maneira, as/os trabalhadoras/res que se inserem na “uberização do trabalho”, se veem em uma rotina voltada para o cotidiano e não percebem que mesmo com as possíveis adequações de carga horária, não possui controle total do seu trabalho, a sua força de trabalho continua sendo vendida de forma explorada, visto que as próprias empresas determinam o valor de porcentagem a ser pago, além de determinam seu modo de agir, não sendo possível o contestamento, mesmo que os trabalhadores assumindo todos os riscos e não sendo resguardado por direitos trabalhistas.

Além disso, segundo Santos (2025. p. 130), as mulheres dentro da uberização, mais especificamente nas entregas através dos aplicativos, se veem em condições de trabalho ainda mais precarizadas somado com “a falta de acesso a direitos trabalhistas básicos, como licença-maternidade e proteção contra assédio, expõe as trabalhadoras a condições laborais degradantes e inseguras.”

É válido destacar que no governo do presidente Lula e Geraldo Alckmin, em 2024, foi aprovado um projeto de lei que prevê que os trabalhadores por aplicativos sejam considerados autônomos, o que isenta as empresas de qualquer responsabilidade e regula a plataformização do trabalho. A “PL da uberização” está sendo criticada por ser considerada um retrocesso da proteção trabalhista e direitos conquistados pela CLT, visto que a “autonomia” propagada não considera o algoritmo que controla o trabalhador nessas plataformas e o poder delas retirarem do aplicativo o sujeito a qualquer momento, além de não ter uma carga de horário e um valor fixo, o trabalhador não tem nenhum meio de proteção em caso de doenças ou acidentes, sendo considerada como intensificadora da desregulamentação e desproteção do trabalhador/trabalhadora.

[...] o já referido empreendedorismo e o trabalho por conta própria, como mecanismos de enfrentamento do desemprego, ajustamento às mudanças do trabalho e esvaziamento das políticas de trabalho e renda. São novas estratégias para tornar produtivo o exército industrial de reserva e rebaixar o valor da força de trabalho. Note-se a centralidade da sobrevivência e a captura da superação da pobreza pelas políticas de transferência de renda, na esfera da assistência social (Mota, 2025, p.15).

Essa tendência é de caráter universal do modo de produção capitalista, mas se particulariza na realidade brasileira, em especial devido a seu capitalismo dependente, onde a superexploração da força de trabalho é um elemento central que se constitui essencialmente através de processos de opressão e dominação que constituem formas de marginalização do

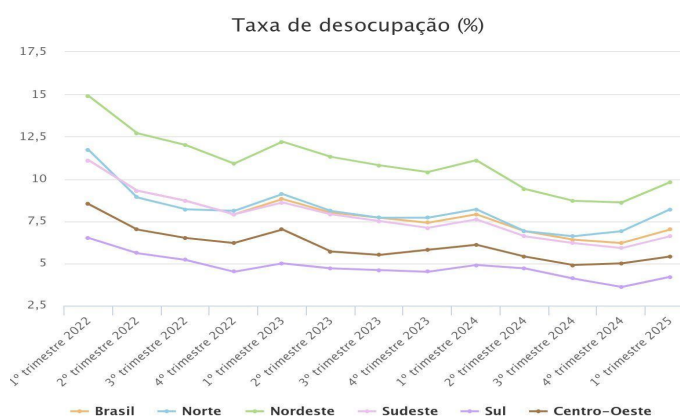
povo, dessa forma, determinando massas para ocuparem as formas mais precarizadas de trabalho.

Diante disso, ao se falar de informalidade e precarização do trabalho no Brasil é impossível não abordar as marcas do racismo na sociedade brasileira na forma da divisão racial do trabalho. Lélia Gonzalez (2020) observa que a população negra brasileira “não alcançou a situação de força de trabalho”, continua submetida ao desemprego, à terceirização, ao trabalho ocasional ou por temporada, não tendo espaço para adentrar nas esferas do mundo do trabalho com dignidade.

Como expressam os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), publicada pelo IBGE no ano de 2025, que apresentam que a taxa de desocupação no país no quarto trimestre de 2024 foi de 6,2%, totalizando 6,8 milhões de desempregados; que apenas 73,4% dos empregados do setor privado possuem carteira de trabalho assinada e a porcentagem de 25,1% de trabalhadores autônomos no Brasil.

Considerado o *gráfico 5*, ao aprofundarmos os dados dessa realidade para uma análise entre as regiões e em comparação com a média nacional, temos o seguinte cenário: o Nordeste possui a maior taxa de desocupação mesmo com as oscilações entre os anos, exemplo no 1º trimestre de 2022 estava com 14,9% e no 1º trimestre de 2025 mesmo com a redução se encontra com 9,8% , seguido da região Norte que em 2022 se manteve entre 14,9% e 10,9% e em 2025 está com 8,2%, a média nacional desses anos respectivamente se atrela as regiões Sul e Norte, tendo um aumento no 1º trimestre de 2025 com 7,0%, o destaque se dar pela região que a menos desocupação que é o Sudeste, o antigo “Centro-sul” que em 2022 se encontrava entre 6,5% e 4,5% e no 1ª trimestre de 2025 se mantém estável com 4,2%.

Gráfico 5 — Taxa de desocupação (%) nacional e regional de 2022-2025



Fonte: IBGE – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua trimestral

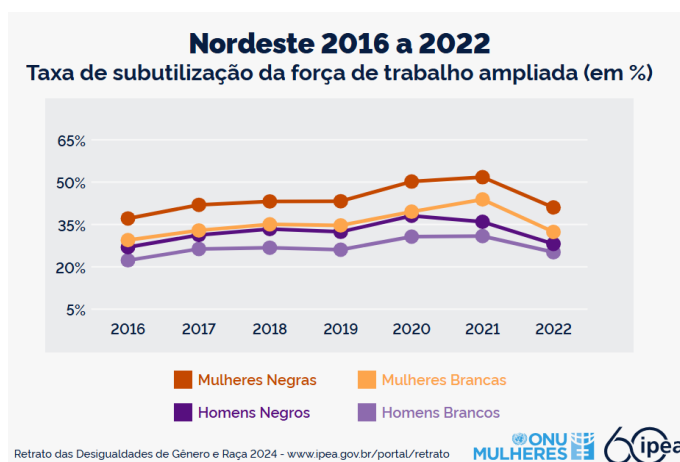
Fonte: IBGE, 2025.

Esses dados nos revelam que a questão regional brasileira continua pulsante e que deve ser considerada ao analisar os dados estatísticos brasileiros e a questão social brasileira, o Nordeste está acima da média nacional ao se tratar da desocupação, além disso, acerca do percentual de carteiras assinadas o Norte (60,3%) e Nordeste (58,1%) possuem os menores números em comparação ao Sul (81,9%) e no que tange aos trabalhadores por conta própria as taxas dessas mesmas regiões são superiores, Norte (29,4%) e Nordeste (26,9%), consequentemente as condições de vida e trabalho da população se agrava. (IBGE, 2025)

Principalmente se tangem observar do âmbito das opressões de classe, raça e gênero onde é inquestionável que as mulheres e a população negra levam o pior nessa dinâmica, o patriarcado, racismo e o capitalismo em seus mecanismos influenciam diretamente a realidade do trabalho brasileiro, atrelando a isso a questão nordestina que foi destacada até aqui, cresce a atenção quando unimos a mulher, a raça, a classe e a região.

Exemplo disso é o *gráfico 6* retirado da base do IPEA, que apresenta dados de subutilização da força de trabalho no Nordeste, onde as mulheres negras e brancas estão em maioria comparado aos homens negros e brancos, é válido destacar que mais uma vez as estatísticas do Nordeste estão acima da nacional, essa taxa de subutilização é importante para a compreensão de como é difícil para as mulheres nordestinas manter a carga horária do trabalho “completa” visto sua função com o trabalho de cuidado e reprodutivo no âmbito privado.

Gráfico 6 — Taxa de subutilização da força de trabalho no Nordeste 2016-2022



Fonte: IPEA, 2022.

Dessa forma, é possível observar que o racismo persiste sendo um instrumento principal de dominação e hierarquização social, estruturando a dinâmica do capitalismo

dependente brasileiro sendo essencial para as relações de superexploração da força de trabalho e consequentemente para a acumulação do capital na América Latina através de uma hierarquização racial e étnica que garante a marginalização de parte da população (Sabino, 2023).

Diante disso, será abordado como essa união de opressões estruturais, interferem no desenvolvimento das mulheres nordestinas, em suas relações e na sua condição de vida e trabalho no contexto atual de aclamação da dita “economia do cuidado” e naturalização do trabalho precarizado.

Neste aspecto, são reatualizadas as formas de exploração da população negra, na atualidade ocorrem debates sobre como as relações de trabalho do sistema escravocrata não são tão distantes das relações de trabalho do sistema capitalista, pensadores traçam paralelo com, por exemplo, as condições do “trabalhador por aplicativo”, emergente com a plataformação do trabalho, e dos escravizados que trabalhavam como “negros de ganho”⁶. Soares (1996, p.57) ao descrever as “ganhadeiras” diz:

As escravas ganhadeiras, como se chamavam, eram obrigadas a dar a seus senhores uma quantia previamente estabelecida, a depender de um contrato informal acertado entre as partes. O que excedesse o valor combinado era apropriado pela escrava, que podia acumular para a compra de sua liberdade ou gastar no seu dia-a-dia. [...] Contudo, não era tarefa fácil para a escrava pagar a diária ou a semana do senhor e ao mesmo tempo poupar. A rentabilidade variava de ocupação para ocupação, e dependia também de fatores como idade, saúde, habilidades pessoais.

Além disso, as ganhadeiras não tinham seu trabalho valorizado, tendo os “trabalhadores” homens ganhando o dobro do valor, além do mais com o mecanismo de ganho, segundo a autora, os “senhores” podiam viver em ociosidade enquanto recebiam em três anos o valor pago pelo trabalhador escravizado (Soares, 1996, p. 58). Acerca dessa comparação nós reiteramos o entendimento de que se tratam de sistemas econômicos diferentes, mas que é compreensível que esse mecanismo de ganho traga familiaridade em relação a contemporaneidade, visto que, a estratégia de ter controle sobre a força de trabalho do sujeito até hoje é utilizada, agora não mais para a compra da sua liberdade mas para a sua subsistência.

⁶ Os “negros de ganho” segue a mesma perspectiva de “trabalho” das ganhadeiras descritas por Soares(1996), entretanto, Jacob Gorender(1978) aprofunda a análise expondo que os “meios de trabalho” de ganho não é exclusivo do Brasil mas das sociedades com o regime escravocrata, exemplificando com o escravismo em Atenas e na Roma, mas esse aspecto não deslegitima que as funções exercidas pelos trabalhadores escravizados no Brasil eram fisicamente mais precarizadas como destacado pelo autor: “Por isso, enquanto no Brasil os escravos executavam quase apenas funções do trabalho manual, ascendendo quando muito a tarefas de capatazia, excepcionalmente de administração de um estabelecimento agrícola, os escravos, na casa romana, suprimam, de modo regular, as funções de mordomos, professores, médicos, artistas, bibliotecários, secretários, copistas etc” (Gorender, 2016 p. 112)

Analisando essa realidade, o 14 de maio de 1888⁷ não está tão distante como se considera, a inserção da população negra como trabalhador e detentor de direitos ainda tem muito a ser avançado, é observada também que a forma de exploração e discurso voltado para a autonomia e liberdade continua a mesma só muda a estratégia e a sua ampliação, visto que da mesma forma que o trabalho por aplicativo se percebe, como sujeito que trabalha de forma “autônomo” sem considerar que o poder continua nas mãos de outra pessoa. Dessa maneira, é válido destacar que quando Gonzalez (2020) observa a informalidade do trabalho para a população negra, ela enfatiza que é fruto do racismo e da falta de inserção da população negra pós-abolição como trabalhadores livres, mesmo que se levando em consideração o paralelo apresentado, mesmo como trabalhadores livres as amarras permanecem, pois ao investigar qual é a maioria de trabalhadores por aplicativo no Brasil será encontrado em sua maioria a população negra.

Dentro desse olhar para as opressões que são acentuadas no pós-pandemia, se voltarmos à análise para as mulheres dentro da divisão sexual do trabalho, os entraves da exploração do trabalho mostra outras nuances, a mulher dentro dos moldes do patriarcado e do capitalismo se encontra com uma jornada e um peso do trabalho adoeceador, mesmo inserida as “novas” realidades do mundo trabalho como o *Home office*, a uberização e usufruindo da “flexibilidade”, as obrigações que são historicamente imposta produzem relações de dominação e opressão, principalmente se analisado a conciliação que essas mulheres precisam fazer entre o ambiente privado e público. Como destacado por Santos (2025, p.84):

Para essas trabalhadoras, a intensificação do trabalho manifesta-se na imposição de “conciliar” o trabalho remunerado com o trabalho doméstico e de cuidado não remunerado, ambos realizados no mesmo espaço. Essa realidade não é um desvio ou uma anomalia, mas uma expressão necessária das contradições do capital, que se estrutura sobre a opressão de gênero para garantir a apropriação gratuita do trabalho de reprodução social, reforçando e aprofundando a exploração das mulheres tanto na esfera produtiva quanto na reprodutiva.

A vista disso, considerando as imposições feitas ao longo da histórica para as mulheres, as colocando na função de cuidado, que influencia e incentiva a dupla e até mesmo tripla jornada de trabalho, ao se lançar para a realidade nos dados pós pandemia do Covid-19, se mostra ainda mais acentuado a preocupação das mulheres em ficar mais tempo em casa em

⁷ O dia seguinte da Abolição da Escravidão no Brasil, a chamada “Lei Áurea” foi assinada no dia 13 de maio de 1888 pela Princesa Isabel, legitimando o fim da escravidão no Brasil. Entretanto, o dia 14 de maio ficou marcado pelo início da “inserção” da população negra como trabalhador livre que iniciou sem nada, como cantando pelo artista Lazzo Matumbi “*Não tinha trabalho, nem casa, nem pra onde ir Levando a senzala na alma, eu subi a favela Pensando em um dia descer, mas eu nunca descí [...] Um dia com fome, no outro sem o que comer, sem nome, sem identidade, sem fotografia O mundo me olhava, mas ninguém queria me ver*”.

sua “função de cuidado” não remunerado. O IPEA destacou que 23 milhões de pessoas se viram nessa dinâmica de trabalho no Brasil em 2022, sendo elas em sua grande maioria as mulheres. Ademais, a pesquisa mostrou que 32,4% das mulheres brasileiras deixaram de lado o trabalho público para cuidar dos afazeres domésticos, dos filhos e do cuidado com os demais dependentes, enquanto para os homens essa não é uma preocupação, sendo o motivo para apenas 3,5%.

Diante disso, é observado como o gênero como uma “construção sociocultural” é um dos elementos principais da hierarquização dos indivíduos e central para a divisão sexual do trabalho permanecer. Existe uma definição social estrutural do que é trabalho de homem e o que é trabalho de mulher, com uma divisão que foi por longos anos marcada por dois espaços: o público e o privado, onde o sexo masculino tem papel no ambiente produtivo e o feminino na esfera reprodutiva, num lugar de cuidado.

Dentro disso, é válido reforçar que existe e é perpetuada até hoje a concepção de família nuclear formada pelo provedor e pela cuidadora, onde as mulheres garantem a reprodução do trabalho de forma não paga através do cuidado do lar (Oyěwùmí, 2004. p. 3-4). Este trabalho reprodutivo exercido majoritariamente pelas mulheres é fundamental para o capitalismo, junto com a inserção feminina no mercado de trabalho a baixo custo, o que as colocam em uma dinâmica de exploração e de dupla jornada de trabalho.

Dessa maneira, é observado como a classe dominante capitalista busca extrair mais esforços da classe trabalhadora através da subordinação da força de trabalho, com estratégias como a criação da ideologia racista para hierarquizar e marginalizar a classe trabalhadora, assim como uma ideologia patriarcal e sexista que sustenta a divisão social, sexual e racial do trabalho que são fundamentais para a manutenção do capitalismo e que é perceptível como afeta os sujeitos de diferentes maneiras desde sua criação (Sabino, 2023).

Sendo assim, é possível compreender que mesmo na era da tecnologia, dos avanços e do incentivo à produtividade, a divisão sexual do trabalho elucidando as disparidades entre os sexos e o papel sócio-histórico das mulheres se mostra ainda mais intensas desde as antigas formas de trabalho e épocas, pois não se trata de qualificação ou persistência e sim de uma estrutura de exploração, dominação e opressão, seja sobre o tempo ou sobre o corpo das mulheres. Como citado por Cobra(2024):

Apesar das transformações sociais e econômicas, as mulheres, em comparação aos homens, ainda possuem menos autonomia de decisão sobre o processo de alocação de tempo para reprodução social e reprodução econômica devido à responsabilidade pelos trabalhos domésticos e de cuidado não remunerados (Cobra, 2024, p.32).

O que demonstra que o lugar imposto historicamente para as mulheres continua sendo reproduzido, mesmo com os avanços conquistados com luta, os desafios ainda estão tendo que ser diariamente vencidos e questionados. É importante ressaltar que estas são diretamente afetadas pelas consequências do sistema opressor e são colocadas em “linha de frente” para estarem no processo de exploração seja no âmbito privado ou público, dessa forma, é compreendido o trabalho doméstico para a economia capitalista também como meio necessário para a manutenção do capitalismo, como dito por Verônica Ferreira(2017):

A crítica feminista à economia política demonstra que o trabalho doméstico toma parte da produção do valor na justa medida em que contribui produzindo valores de uso e serviços indispensáveis para manter e reproduzir a mercadoria mais valiosa para o capital, a força de trabalho (Ferreira, 2017, p.91).

Partindo deste pressuposto, nos últimos anos houve a efervescência de um debate acerca da “economia do cuidado”, é interessante apresentar como as reflexões da economia feminista tem abordado o trabalho de cuidado não remunerado das mulheres dentro do panorama econômico, visto que, como foi citado, esse trabalho não remunerado que é colocado como função das mulheres adentra a esfera produtiva como uma dupla ou até mesmo tripla jornada, como Assis e Ribeiro (2021, p.3) irá observar através de Enríquez (2012):

[...] a economia do cuidado como assinala Enríquez constitui-se num "conjunto de atividades, bens, serviços necessários para a reprodução social e diária de mulheres e homens, produzindo avanço especialmente ligando o desenvolvimento econômico a relações sociais de gênero" (ENRÍQUEZ, 2012, p.6). O conceito economia do cuidado concebe que o trabalho de cuidado e doméstico não remunerado produz valor e busca compreender as relações entre o capitalismo e a divisão sexual do trabalho, na produção de assimetrias de poder nas relações de gênero.

Dessa forma, as autoras destacam que ao se tratar estas atividades como trabalho, deveriam refletir que ao possuir relação econômica deve ser esclarecido que possui valor e custo, além de está relacionado com as opressões, visto que a divisão racial, inter-regional e sexual do trabalho influencia a carga horária e o discurso ouvido e propagado para essas mulheres. Além disso, a esfera reprodutiva não é valorizada economicamente, não se aprende nem se tecnifica, por ser tratado como "um saber inato" na esfera do privado.” (Assis e Ribeiro, 2021. p. 5), diferente da esfera produtiva que é cultuado como produto de valor, sendo amplamente valorizado. Dentro dessa naturalização da mulher como “nascida para o cuidado”, é exemplificado o que Federici (2019) evidencia quando disse que: “o que chamam de amor, nós chamamos de trabalho não pago”.

E dentro desta perspectiva, ao unir as novas configurações do trabalho com as estruturas da divisão racial e sexual do trabalho, observa-se como em determinadas regiões as desigualdades e condições de trabalho se acentuam. Dessa forma, é válido destacar que a sociedade brasileira tem suas determinações perpassadas por um sistema capitalista-cisheteropatriarcal-racista que nos revela que considerando a realidade brasileira, não há como combater o capitalismo sem olhar para as demais opressões, sem combater o racismo e o patriarcado, visto que para a existência do sistema capitalista é necessário a estrutura de opressão e exploração (Nogueira e Bezerra, 2018, p. 16).

4.2. Mulheres Nordestinas: os reflexos da questão regional brasileira e da subordinação que perseguem e marcam o “ser mulher” dentro e fora da região.

Como abordado ao longo do estudo, o Brasil em sua condição de dependência externa, se torna reflexo para analisar a questão regional brasileira que se mantém pulsante, tendo o Nordeste como centro dessa questão. É possível detectar que dentro da região, como exposto em dados estatísticos, a questão social e as opressões, seja de raça, classe e gênero, demandam uma atenção particular, visto que são mais acentuadas historicamente, principalmente ao destacar as mulheres nordestinas e suas condições de vida e trabalho. Isto mesmo com os elementos contemporâneos que contam com a inserção da tecnologia e “novas” configurações na divisão do trabalho, pois esses aspectos se mostraram mais como forma de garantir a manutenção do capitalismo por meio da precarização do trabalho do que como avanço do papel das mulheres no espaço produtivo e reprodutivo.

Diante disso, para abordar a realidade das mulheres nordestinas nos anos pós-pandemia, é importante partir do princípio que a sociedade capitalista mantém em sua base um sistema opressor, que em países de capitalismo dependente as suas formas de controle e exploração se tornam ainda mais acentuada, além de serem somadas com as problemáticas da economia do mercado mundial, que impactam principalmente as mulheres. Saffioti (1976) destaca ainda que é estrutural essas formas de restringir a mulher:

As limitações que a estrutura social dos países capitalistas impõe à realização plena da mulher, quer enquanto trabalhadora, quer enquanto pessoa portadora de características especiais que a incluem na categoria subprivilegiada sexo feminino, apresentam-se como invariâncias, em qualquer concreção histórica daquele modo de produção (Saffioti, 1976, p.73).

Sendo assim, ao pensar em um panorama do presente para o passado na história do “ser mulher” no Nordeste, podemos destacar como as mulheres nordestinas, em especial as camponesas, constituíam a classe trabalhadora e participavam das organizações políticas dessa classe e mesmo sendo trabalhadoras como os trabalhadores do campo sofriam retaliação especial devido ao gênero. As lutas e reivindicações dos camponeses nordestinos sempre sofreram ofensivas, mas aquelas protagonizadas por mulheres recebiam uma opugnação discriminatória particular. O que pode ser observado em relato transcrito por Ianni (2019, p. 186-187)

Houve mais luta, principalmente quando se tratava da mulher. Havia uma discriminação odiosa contra a mulher. O patronato rural achava que o simples fato de ser mulher não dava o direito a um salário integral, ainda que produzisse a mesma quantidade de trabalho, Achavam o maior absurdo: ‘Quem já viu mulher ganhar igual a homem?’. Pra eles tinha que ganhar metade do salário do homem. Isto provocou greves parciais em vários engenhos e fazendas. Íamos lá, discutíamos com o patrão, e nas situações de discriminação contra a mulher, as greves eram vitoriosas. Os recalcitrantes e desumanos eram obrigados não só a atender às mulheres como ao repouso semanal remunerado e ao descanso nos dias santos e feriados. Era a aplicação da legislação trabalhista e previdenciária ao campo. As mulheres camponesas sentiram que o sol havia nascido também para elas através dos sindicatos e do partido.

Segundo a percepção apresentada por Azevedo e Dutra (2019), ao analisar a identidade da mulher sertaneja em sua gênese e como essas mulheres se consideram e vêem ao longo da história até hoje através de depoimentos, é destacado que a sua identidade surgiu com a necessidade de sobrevivência, principalmente para as mulheres pobres. Enquanto as mulheres de famílias ricas eram criadas para serem mães e esposas, as mulheres das classes mais baixas buscavam meios de trabalhar, vendendo produtos feitos a mão, dando aulas, etc. Levando em consideração como era visto pela sociedade do século XIX o trabalho feminino, essas mulheres preferiam manter em sigilo, além disso, o culto ao matrimônio era comum, o casamento era o ponto alto e idealizado da vida dessas mulheres como forma de ter “respeito” e “aceitação” da sociedade, se enquadrar no ideal de “família” e exercer o papel no trabalho reprodutivo era em teoria o que iria salvá-las.

Para se obter “liberdade”, as mulheres nordestinas precisaram de coragem para enfrentar a realidade submissa e sem autonomia, assim como as autoras Azevedo e Dutra (2019) observam que foi necessário assumir as características que impõem ao masculino, para que comesçassem a ser levada em consideração, assim surgindo o ideal de “mulher-macho”, que até hoje se mantém, o pensamento de mulheres guerreiras e fortes que não precisam de ajudar ou suporte, que se mostra diferente do que esperam do posicionamento das mulheres

historicamente dentro da visão de ser fragil, dócil e graciosa do eurocentrismo e do ideal de família nuclear.

Partindo deste pressuposto, segundo o afirmado por Raulino, Soares e Cisne (2022), a resistência das mulheres nordestinas foi marcada por esse movimento de masculinização, as ideologias criadas sobre o sertão nordestino, a terra, a seca e o sertanejo, tirou dessas mulheres o poder sobre suas próprias vidas e morte, tendo suas histórias contadas não como exaltação de sua força e luta mas voltada para como elas “aguentam” tanto as opressões de raça, classe e gênero quanto a subordinação das mesma a um espaço de exploração do trabalho produtivo e reprodutivo sem serem valorizada e tendo seu poder sobre si próprias retirados, as autoras resumem como:

No caso das mulheres sertanejas a destituição de seu poder consiste para além de confiná-las ao espaço doméstico, masculinizar suas resistências e direcionar isso à superexploração de sua força de trabalho na produção capitalista e no cuidado doméstico. Como apontou Albuquerque Júnior(2003,p.165) [...] não há lugar para o feminino. No Nordeste, até as mulheres seriam masculinas, macho, sim senhor! ”. (Raulino, Soares e Cisne, 2022, p.357).

Dessa forma, é incontestável que as dores, amarras e dificuldades vivenciadas pelas mulheres nordestinas formam-se através de uma estrutura vinculada diretamente à questão regional no Brasil. O Nordeste é visto como região castigada pela natureza, e por isso subordinada, essa visão afeta a economia nordestina, as dinâmicas de trabalho e consequentemente as mulheres trabalhadoras. As ideologias criadas sobre o sertão e a população do Nordeste, retratados em livros, músicas e novelas, propagam um ideal compatível com a manutenção das desigualdades oriundas do modo de produção capitalista e da divisão sexual e racial do trabalho, tornando a vida da mulher nordestina ainda mais árdua desde a sua gênese.

Ao analisar a realidade brasileira através das lentes da questão regional, são nítidas as particularidades regionais oriundas de uma economia dependente. Diante disso, ao aprofundarmos os estudos sobre a mulher nordestina na atualidade como sujeito que sofre os efeitos da questão regional, é possível observar que a divisão sexual, racial e inter-regional do trabalho na região se mostra em dados e demonstra que o estigma histórico recordado até aqui, não foi totalmente deixado para trás.

Nesse entendimento, é observado que para o Estado a visão a respeito das mulheres, principalmente nordestina, ainda se concentra na mulher “dona de casa”, ao analisar os programas de caráter compensatório, destacando aqui o Bolsa Família é visto que o Nordeste

e Norte são as regiões com o maior percentual de beneficiários (IBGE, 2024), como pode ser observado na imagem:

Figura 1 — Dados do Bolsa Família do ano de 2023

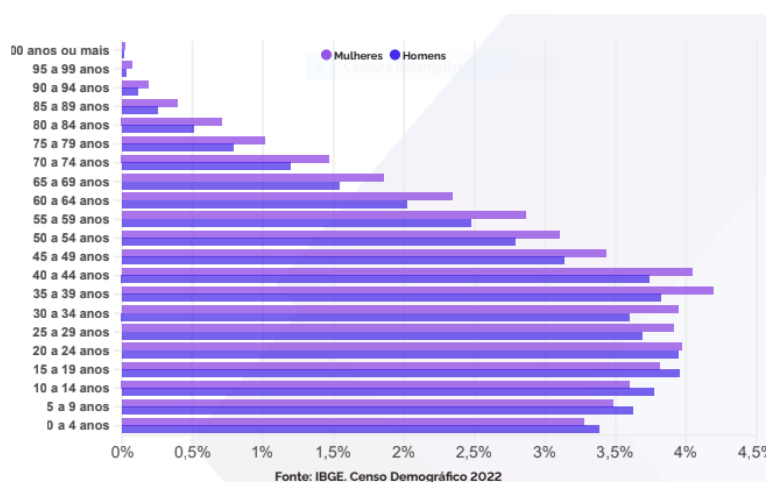


Fonte: IBGE, 2024. Arte: EBC/Agência Brasil

Ao relacionar com a realidade das mulheres nordestina, é possível ver que o programa atua como meio de centralizar e responsabilizar a mulher como executora e gestora da reprodução social, as colocando como “mulheres chefes de família” que “assim, diante da espera-se que elas assumam a responsabilidade pela saúde e segurança de toda a família dentro e nas imediações do espaço doméstico” (Santos, 2025, p. 106), além disso, ao ter o aprofundamento da divisão inter-regional do trabalho, as mulheres nordestinas se veem com ainda mais desdobramentos e peso imposto, visto a xenofobia e a ideologia perpetuada afeta suas condições de trabalho tanto na produção quanto na reprodução.

Assim, ao tratar do perfil das mulheres no Nordeste brasileiro, de acordo com o Boletim Temático: “Mulheres do Nordeste”, divulgado em março de 2025, pela SUDENE, cerca de 28,2 milhões de mulheres (correspondente a 51,7% da população da região) residiam na região em 2022. Dentre elas, 71,98% se declaram negras, 27,29% se declaram brancas, 0,59% se declaram indígena e 0,14% se declaram amarelas. Em relação a idade as mulheres de 35 a 39 anos são maioria:

Gráfico 7 — População residente na região Nordeste por idade e sexo em 2022



Fonte: SUDENE, 2025.

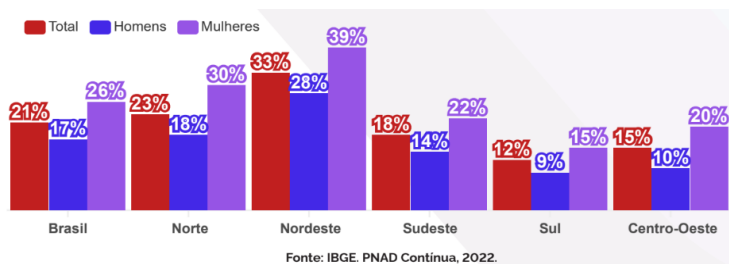
As mulheres que vivem no Nordeste possuem maior nível de escolaridade em relação aos homens, mas se dá de maneira desigual a partir da diferenciação de gênero, as estatísticas demonstram que as mulheres são maiorias em profissões da área da saúde e das ciências humanas, áreas menos valorizadas no mercado de trabalho e que possuem menor remuneração, enquanto os homens são maioria na área das ciências exatas.

Em 2023, na pós-graduação do Nordeste, 56,98% dos títulos foram obtidos pelo público feminino, reforçando que não se trata das qualificações em relação aos salários das mulheres e sim de uma relação sócio-histórica que combina opressão, dominação e exploração. Pois mesmo sendo maioria da população a possuir maiores níveis de escolaridade, as mulheres nordestinas possuem como rendimento médio mensal o valor de R\$ 1.699,00, correspondente a 15% a menos da renda média masculina. Ainda relacionando à formação profissional, dados organizados pelo CNPQ, informam que entre 2019 e 2023, no Nordeste, as mulheres das áreas de ciências da saúde são 18,87%, enquanto os homens se encontram com 9,36%. Já nos cursos das ciências exatas e das engenharias são majoritariamente compostos por homens (Sudene, 2025). Esta diferenciação é reflexo da divisão sexual que permeia a sociedade e continua reproduzindo o que é lugar de homem e lugar de mulher, principalmente se olharmos para o salário e para a carga horária de trabalho.

A divisão sexual, racial e inter-regional do trabalho continua a sobrecarregar as mulheres, atribuindo as atividades domésticas e de cuidados — elas se dedicam cerca de 23,5 horas semanais aos cuidados de pessoas e/ou afazeres domésticos — o que limita seu acesso ao mercado de trabalho formal, dessa forma as condições de vida das mulheres nordestinas as

empurram para as margens do trabalho formal e bem remunerado devido a isso as mulheres Nordestinas possuem a maior parcela de subutilização do país .

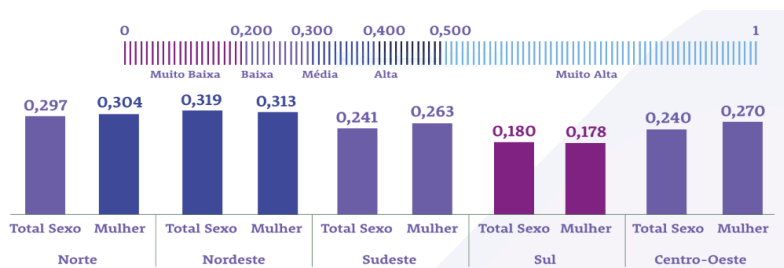
Gáfico 8 — Taxa composta de subutilização da força de trabalho, por sexo, em 2022



Fonte: SUDENE, 2025.

O boletim também informa que as mulheres nordestinas são as mais vulneráveis do país, considerando “a pobreza, desigualdade e falta de acesso a serviços básicos, discriminação e exclusão”. O índice foi elaborado pelo IPEA no ano de 2021, mostrando o agravante em relação às mulheres das demais regiões: enquanto o Sul possui o menor índice do país com 0,180, o Nordeste encontra-se com 0,319%.

Gráfico 9 — Índice de Vulnerabilidade Social no Brasil e nas Grande regiões em 2021



Fonte: SUDENE, 2025

Os dados refletem, portanto, a atualidade das desigualdades regionais que são constitutivas por relações também desiguais de classe, gênero e raça. Ser mulher nordestina traz consigo o peso dobrado de lidar com as amarras do patriarcado e do capitalismo que se agudizam ao se somar com demais intersecções. Com o desenvolvimento do capitalismo, o patriarcado, elemento anterior e estrutural do sistema capitalista, eleva ao máximo a exploração da mulher e do seu corpo (Vazquez; Falcão, 2019).

Como elencado anteriormente o capitalismo dependente recém enfrentava uma crise quando ocorreu a pandemia da covid-19 o que ocasionou uma crise econômica no mundo e no Brasil, de acordo com o que expomos até aqui, as crises do sistema capitalista são respondidas com ações de caráter neoliberal que se expressam em redução dos gastos sociais, reformas

fiscais e o sufocamento de investimentos sociais, com a desresponsabilização do Estado e o discurso de que com a criação de políticas favoráveis aos investimentos privados as condições de trabalho e vida do país irão melhorar, com base nisso as tendências como a uberização, o empreendedorismo e o trabalho autônomo foram fortalecidas na crise pandêmica, o que resulta na precarização da classe trabalhadora brasileira que se encontra desamparada, afetando drasticamente a vida de grande parcela da população que é historicamente marginalizada, pois é aqueles/as que estão na margem da sociedade que são empurrados para as piores condições de trabalho.

No caso de nossa pesquisa, ressaltamos as condições das mulheres nordestinas a partir dessa tendência, visto que, o Nordeste dentro da dinâmica capitalista possui um papel de fornecer reservas de força de trabalho propícias para a superexploração e as mulheres do Nordeste por serem historicamente exploradas a partir da divisão sexual do trabalho são afetadas de maneira particular a partir das mediações de gênero, região, classe e raça.

Ao analisarmos os dados sobre trabalho dispostos nas Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios Contínua, realizadas pelo IBGE, observa-se que o número de população desocupada é liderado pelas mulheres.

No quarto trimestre de 2019, período anterior à pandemia da Covid-19, 53,8% da população desocupada do país era composta por mulheres, a taxa nacional da população desocupada foi de 11% e o Nordeste apresentou a maior taxa de desocupação com 13,6% — enquanto a Região Sul teve a menor, com 6,8% — e as mulheres representavam 51,1% dessa população desocupada do Nordeste (IBGE, 2020). No primeiro trimestre de 2021, auge da pandemia, a taxa de desocupação do Brasil foi de 14,7%, com o nordeste com uma taxa muito superior à nacional, de 18,6% (IBGE, 2021). No quarto trimestre de 2023, ano em que se encerrou a pandemia da covid-19, a taxa nacional foi de 7,4% e a taxa do Nordeste 10,4% — ainda com a maior taxa em relação às demais regiões —, com as mulheres representando 52,2% dos/as desocupados/as da região e 54,3% da taxa do país (IBGE, 2024). No quarto trimestre de 2024, a taxa do Brasil foi de 6,2% e a taxa do Nordeste 8,6%, sendo 53% as mulheres da região (IBGE 2025). Na pesquisa mais recente, referente ao primeiro trimestre de 2025, a taxa de desocupação, no Brasil, foi estimada em 7,0% e no Nordeste 9,8%, as mulheres constituindo 54% dessa taxa regional e 54,5% da nacional (IBGE, 2025)

Podemos observar com esses dados que mesmo com as oscilações das taxas a região Nordeste se mantém desde a primeira pesquisa com as taxas maiores do que as taxas nacionais e a porcentagem das mulheres desocupadas em relação aos homens no Nordeste estão em crescimento contínuo, até mesmo quando ocorre baixa da taxa regional.

Outro importante indicador é o da população fora da força de trabalho, aqueles que que não estão procurando trabalho, podendo ocorrer por motivos familiares, pessoais etc, o que é comum a realidade das mulheres, visto que, à elas são atribuídas responsabilidades que limitam a sua inserção e/ou prosseguimento no mercado do trabalho.

No quarto trimestre de 2019, foi estimado que 38,1% das pessoas — aptas a trabalhar — estariam fora da força de trabalho nacional, e o Nordeste também constitui a região líder desse indicador com 45,4% de pessoas fora da força de trabalho, onde, dessas, 64,7% eram mulheres (IBGE, 2020). No primeiro trimestre de 2021, a porcentagem nacional estimada foi de 43,2%, com as mulheres constituindo 64,2% dessa porcentagem, e do Nordeste 49,7% (IBGE, 2021). No quarto trimestre de 2023, ano em que se encerrou a pandemia, estimou-se uma faixa de 37,8% da população brasileira fora da força de trabalho e uma parcela de 45,8% no Nordeste, com as mulheres dessa região constituindo 64,2% dessa parcela (IBGE, 2024). Em 2024, no seu quarto trimestre, a estimativa nacional foi de 37,4% e a da região nordestina 44,8% com as mulheres do nordeste sendo 64,4% dessa parcela (IBGE, 2025). No primeiro trimestre de 2025, a taxa nacional é de 37,8% e 45,9% no Nordeste, sendo 64% dessa taxa regional composta pelas mulheres do Nordeste (IBGE, 2025).

Esses dois indicadores expõem o que tratamos até aqui acerca das mulheres serem diretamente impactadas no mercado de trabalho por precisarem equilibrar o trabalho produtivo com as responsabilidades impostas a elas na divisão sexual do trabalho, que as empurram para as piores condições de trabalho reafirmando essa divisão e o papel da mulher e no Nordeste o impacto é acentuado pois as mulheres encontram-se como reserva da reserva da força de trabalho. Outro importante aspecto que interfere na divisão inter-regional do trabalho e marca a questão nordestina é as migrações, que inicia com força nos anos 20, construindo um papel histórico no Brasil, com o famoso êxodo rural. Considerando o foco de análise nas mulheres nordestinas, é importante ressaltar que a subordinação impostas para elas é atravessado por estigmas, xenofobia, estruturas patriarcais e “masculinização” que perseguem essas mulheres onde elas estiverem sejam elas dentro de sua região de origem ou fora.

Para elucidar a discussão, recordamos de uma das muitas histórias da literatura brasileira que expõe as migrações e a esperança que vinha com ela, a história destacada será “A hora da estrela”, escrita pela autora modernista e jornalista Clarice Lispector (1977), que conta a história de Macabéa, uma mulher nordestina que se desloca para a “cidade grande” em busca de oportunidades melhores de trabalho e de vida, carregando em si grandes sonhos e desejos, o que ela encontra é a realidade cruel que se apresenta com pessoas hostis, trabalho

precarizado, fome e pobreza, como o eu lírico destaca, a nordestina se mostra como “milhares de outras”:

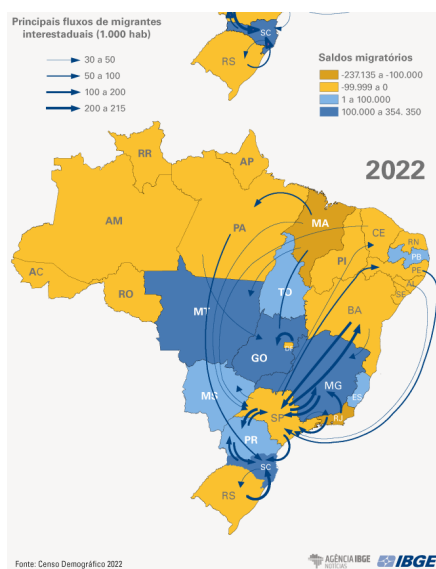
Como a nordestina, há milhares de moças espalhadas por cortiços, vaga de cama num quarto, atrás de balcões trabalhando até a estafa. Não notam sequer que são facilmente substituíveis e que tanto existiriam como não existiriam. Poucas se queixam e ao que eu saiba nenhuma reclama por não saber a quem. Esse quem será que existe? (Lispector, 1977, p.24).

Ao longo da trama, o eu lírico ainda observa que a “moça” deveria ter ficado na sua terra de origem “o sertão de Alagoas”. Dentro dessa perspectiva, ao observar a forma que as migrações ocorreram e o seu foco, é possível observar que inicialmente, ocorreu que com o crescimento das regiões Sul e Sudeste como polos industriais criou-se fluxos migratórios para essas regiões, os nordestinos principalmente se deslocaram para São Paulo, diante disso, como os autores Cotrim, et al(2024), descreve a partir disso veio também o preconceito e a xenofobia, afetando as ofertas de emprego, e formas pejorativas no trato, como citado:

Denomina-se “Xenofobia” a aversão a pessoas de outras origens. Muito além de uma aparente “brincadeira”, a xenofobia pode causar prejuízos em quem a sofre, interferindo na integração do sujeito em uma nova comunidade, dificultando o acesso a empregos, moradia adequada, entre outros problemas socioeconômicos (Cotrim, et al, 2024. p. 2 apud Ramos, 2022).

Dessa maneira, ao analisar como estão as migrações atualmente, é apresentado que a algumas coisas mudaram com os anos mas outras permaneceram as mesmas, segundo o censo do IBGE (2022) representado pela imagem abaixo:

Figura 2 — Fluxos de migrações interestaduais no Brasil em 2022



Fonte: IBGE, 2022. Arte: Agência IBGE.

Expondo que, nos estudos dos últimos cinco anos de 2017 a 2022, houve algumas variações, no caso do Nordeste, das 19,2 milhões de pessoas que estavam fora da sua região de nascimento, 54% eram nascidas da região, tendo a Bahia com a unidade federal que mais perdeu naturais ao longo da história seguido por Minas Gerais no Sudeste do Brasil, mesmo não sendo atualmente os Estados com a maior perda migratória ainda se mantém com um número considerável detectando através da espessura dos traços do gráfico, ao analisar o saldo migratório desses anos, foi observado que Santa Catarina desbancou São Paulo no número de migração, com 354 mil pessoas no saldo migratório, sendo considerado uma “marca histórica”, visto que desde 1991, São Paulo tinha o maior número de migrantes, nos anos destacados pelo censo entre 2017 e 2022, a região teve saldo negativo de -90 mil pessoas, mesmo sendo considerado o maior centro migratório do país. Dessa forma, é válido ressaltar que mesmo o Nordeste tendo um histórico de saldo negativo em relação a migrantes, a região recebeu cerca de 746 mil imigrantes nesses cinco anos, e atualmente o Rio de Janeiro é destaque em saldo negativo no Brasil com 165 mil pessoas.

Embora não obtendo os dados exatos das mulheres nordestinas que migraram para as demais regiões, é importante ressaltar a problemática que é a concepção de mulher migrante como “apenas” acompanhante, passiva e dependente dos seus parceiros, tendo em vista que as mesmas possuem sua própria identidade e querer, a ideia propaganda de mulher migrante como “mera coadjuvantes” de suas histórias é uma falácia, as mulheres que tomam a decisão de sair do seu território para outro, querem mudar sua realidade e encontrar melhores condições de vida e trabalho.

Na pesquisa feita por Pereira e Lourenço (2021), ao ouvir três mulheres nordestinas sobre suas experiências e seus motivos para migrar foi destacado que as políticas públicas sem a sua devida aplicabilidade, a busca por melhores condições de moradia, educação, problemas familiares e acompanhamento de família eram seus principais motivos, além disso, destacam que conseguiram construir uma base para sua subsistência que vai além do seu parceiro. Entretanto, os moldes patriarcais e estereótipos que perseguem a mulher nordestina e migrante continua sendo reatualizado, Pereira e Lourenço (2021, p.53) ainda destacam que:

Sobre o trabalho das mulheres, principalmente nos casos das migrantes, ou seja, a atividade desempenhada tende a ser uma extensão das tarefas que já se realizam no espaço doméstico. Assim, a atividade feminina, vista muitas vezes como continuidade da sua natureza voltada aos cuidados, pode ser menos valorizada.

Sendo assim, é demonstrado que a mulher enquanto sujeito na sociedade patriarcal, racista e capitalista, onde quer que esteja será seguido por pensamentos que buscam desqualificá-las e desvalorizá-las, tendo um agravante se observado pela perspectiva nordestina visto que é unido com a xenofobia e preconceito. Em síntese, os desafios que as mulheres nordestinas enfrentam diariamente onde quer que estejam revela o aprofundamento e atualidade da questão regional brasileira e demonstrar como as consequências da economia dependência, da divisão inter-regional do trabalho e de uma estrutura capitalista baseada na exploração influencia a realidade e deve ser considerada ao falar de totalidade e questão social no Brasil. Dando importância que:

É fundamental compreender a realidade na sua totalidade, seu conjunto de determinações. E compreender isso significa partir das características mais imediatas e entender o que é fundamental para própria reprodução da existência, entender qual é o conjunto de valores que guia mais essencialmente a (re)produção da realidade social como práxis. (Gouvêa e Mastropalo, 2019 p.10)

Essas determinações se mostram na forma de opressões, sejam de raça, classe, gênero e também de região, como foi exemplificada, que tem um papel fundamental para a compreensão da realidade das mulheres, principalmente se destacado os novos desafios dentro de antigos moldes que as levam a está se adequando às novas ferramentas de trabalho, além de sustentar o peso que historicamente é posto nas suas costas.

As configurações da divisão inter-regional do trabalho compõem aspectos estruturais e conjunturais que ao tempo em que implicam em maior aprofundamento da exploração do trabalho na relação com a opressão de gênero e raça que adquirem qualidade diferenciada em meio a desigualdade regional, abrem margem para uma continuidade de lutas e resistências que têm nas mulheres nordestinas o seu protagonismo.

Essas faíscas de rebeldia na atualidade demonstram que não é a bandeira do “empreendedorismo” capitalista que vai responder às demandas da classe trabalhadora. Ao contrário, é necessário levantar bandeiras de luta que desafiem essa ordem de opressão e exploração (Santos, 2025, p.141).

Como o movimento pelo fim da escala 6x1, que vem ganhando força no país em 2025, que consideramos como fruto da maior presença das mulheres no mercado de trabalho, além do fortalecimento da consciência da população de que não é possível conciliar essa escala com as necessidades básicas da vida que anteriormente eram majoritariamente responsabilidade exclusiva das mulheres, visto que um dia da semana não é tempo hábil para manter uma vida além do trabalho com descanso e lazer, instituídos na Constituição Federal

de 1988 como direitos sociais. Esse movimento e luta demonstra a força da classe trabalhadora que mesmo em um contexto de fortes ataques aos seus direitos e à democracia, se coloca como resistência, que se mobiliza enquanto classe apesar de ser constantemente atacada sempre que busca se organizar para avançar na luta por melhores condições de vida e trabalho.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As configurações atuais das relações de produção da vida em sociedade demandam renovadas formas de reprodução social, recompondo a questão regional tanto em seus aspectos econômicos como ideopolíticos e culturais. Tudo isso revela também um passado de opressões que refletem nas condições de vida, principalmente, das mulheres nordestinas, ontem e hoje. Vale destacar que essa trajetória é marcada não apenas por desigualdades, mas também por resistências. O próprio processo migratório inter-regional, muitas vezes motivado por condições precárias de vida e trabalho, revela também o romper das relações de subordinação, de mando e desmando das relações locais de poder. Assim, ao mesmo tempo em que a indissociabilidade entre racismo, cisheteropatriarcado e capitalismo agrava a questão regional brasileira, demanda dos sujeitos coletivos a necessidade de enfrentá-la articulando as muitas lutas antirracistas, anticapitalistas e antipatriarcais, é o que demonstram dados, relatos e bibliografias apresentadas ao longo deste trabalho de conclusão de curso.

A classe trabalhadora brasileira, ao longo de sua formação, atravessou mudanças e adequações, conquistou direitos através de muitas formas de resistir, com destaque para a população negra. Entretanto, a luta continua, se renova e se adensa diante dos ataques neofascistas e da extrema direita, que ameaçam direitos e intensificam a superexploração do trabalho de maneira distinta nas diferentes regiões.

A divisão inter-regional do trabalho, tendo o Nordeste como centro, estrutura-se em um projeto que estigmatiza os/as nordestinos/as com mistificações que perduram (e se renovam) até hoje. Esse quadro é essencial para o processo de superexploração do trabalho, atrelado ao cisheteropatriarcado e ao racismo, que incide particularmente sobre as mulheres do Nordeste. Estas protagonizam os piores índices referente ao trabalho precarizado no país, à informalidade, bem como ao “boom” do trabalho de cuidado no pós-pandemia.

Foi possível observar que as formas de opressão, exploração e dominação vêm sendo reconfiguradas. À maioria das mulheres ainda é negado o acesso a postos de trabalho formais e a proteção social que esses trabalhos regulamentados fornecem. Com a pandemia foram as pessoas que ocupavam esses trabalhos que sofreram os maiores impactos. Além disso, as mulheres são maioria nos postos de trabalho de cuidado remunerado, outra área fortemente prejudicada durante a pandemia. As mulheres negras seguem responsáveis pelo trabalho doméstico, reprodutivo e de cuidado. Diante disso, nos questionamos sobre o que, de fato, pode se apresentar enquanto novas configurações da questão regional, mais precisamente da divisão inter-regional do trabalho, no Brasil. É certo que há elementos novos, típicos da

natureza da crise em curso do capitalismo contemporâneo, mas também há muitas evidências daquilo que Antunes (2020) identifica como uma recomposição de “protoformas do capitalismo”. No nosso caso, com muitos aspectos que compõem historicamente o colonialismo. Não é à toa que o contingente marginalizado é constituído por mulheres nordestinas, principalmente negras, recompondo relações estruturadas pelo preconceito de classe, raça e gênero. Para garantir o excedente econômico que gera a riqueza é necessário que haja sujeitos cujo único meio de vida seja sua própria força de trabalho. Assim a burguesia e suas frações garantem a subordinação dos povos através da pobreza, do aprisionamento e do medo da miséria.

Assim, é preciso entender as categorias como históricas e, portanto, em movimento. Nosso trabalho, mesmo com os limites próprios de um TCC elaborado em poucos meses, buscou tratar assim a noção, por exemplo, da questão regional e do trabalho. Este indissociável de uma concepção mais ampla de sociabilidade humana, portanto, indo muito além de uma dimensão meramente econômica. É nesse sentido que as ciências sociais, tensionadas também pelos movimentos sociais, particularmente feministas, vêm cada vez mais discutindo sobre a importância de entender o trabalho na esfera da reprodução social, defendendo a necessidade de combater essa ordem societária que isenta os homens dos trabalhos de cuidados. Junto a isso, com ascensão dos movimentos antirracistas, tomam relevo questionamentos acerca do lugar que o sistema capitalista coloca os corpos femininos e negros os negando direitos básicos, condições dignas de vida e trabalho. Atualmente, consideramos como um importante fruto das discussões sobre as relações sociais de trabalho (produtivo e reprodutivo) o movimento pelo fim da escala 6x1 por reconhecer a exploração da classe trabalhadora e a impossibilidade de conciliar com as demais responsabilidades da vida humana.

A pauta pela redução da jornada de trabalho (mesmo de quem não está inserido em relações formais de emprego) é central e histórica. Hoje, por exemplo, possui um grande potencial de expor a intrínseca relação entre classe, raça, gênero e região na conformação da sociedade brasileira. Dentro disso há luta do feminismo antirracista, que busca melhores condições de vida e trabalho, além de um futuro com dignidade, reiterando que a luta das mulheres que se veem sobrecarregadas e postas em uma dinâmica exaustiva e adoecedora não deve ser ignorada, ao contrário. Para o movimento adquirir consistência e espraiamento real, deve-se considerar as mulheres que querem colher os frutos de anos de trabalho árduo, que reconhecem que uma escala de 6x1 não possibilita uma vida digna que possam desfrutar de

tempo livre, que merecem reconhecimento pelo seu papel histórico enquanto resistência, em destaque, as mulheres nordestinas.

Dessa forma, é válido destacar a importância da temática da questão nordestina para a compreensão da questão social brasileira, ontem e hoje. Isto além do entendimento do papel da região e das mulheres no processo de desenvolvimento capitalista no país que afetam diretamente seu cotidiano, visando analisar que, mesmo com novas roupagens, as relações que estruturam a opressão, dominação e exploração permanecem servindo aos mesmos senhores e suas gerações.

Encontramos, ao longo da análise, uma questão regional pulsante - na relação com a superexploração do trabalho, que adquire atualmente recursos tecnologizantes - combinada à naturalização de um trabalho historicamente não pago que reproduz a marginalização das mulheres nordestinas, atravessadas por opressões que fundem raça, classe, gênero e região. Sobre suas estratégias de resistências, bem como a redefinição das formas estratégicas de enfrentamento (especialmente por parte do Estado) às manifestações dessa questão (social e regional) que as compõem (desde o chamado empreendedorismo e o trabalho por conta própria ao esvaziamento das políticas de enfrentamento às desigualdades regionais), mesmo que o presente trabalho não tenha conseguido contemplar (nem poderia, tendo em vista sua natureza exploratória), apresentamos como boas pistas para pesquisas futuras.

Por fim, esperamos ter contribuído, através do presente estudo, para melhor evidenciar, reconhecer e ampliar um debate sobre a questão regional (e nordestina), ontem e hoje, que consideramos central, particularmente para o Serviço Social brasileiro e nordestino.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, A. S. Precarização estrutural e exploração da força de trabalho: tendências contemporâneas. **Argumentum**, Vitória, v. 10, nº 3, set./dez. 2018, p. 244-256.
- ANDRADE, Thompson Almeida. "As Desigualdades Inter-Regionais de Desenvolvimento Econômico no Brasil. " IPEA, Textos para Discussão Interna nº156, 1988.
- ANTUNES, Ricardo(org). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. Editora Boitempo. São Paulo, 2020.
- ARRUDA, Geraldo C.M. MATTOS, Luiz. A.B. Impactos da Constituição Brasileira de 1988 na Trajetória do Desenvolvimento do Nordeste. **Direito e desenvolvimento**. João Pessoa, 2018.
- ARUZZA, C. BHATTACHARYA, Tithi. Teoria da Reprodução Social: elementos fundamentais para um feminismo marxista. **Revista Contemporânea**. Tradução feita por: Camila Carduz Rocha e Clara Saraiva, 2023.
- ASSIS, Julio Mendes de; RIBEIRO, Thamires da Silva. **Economia do Cuidado: Algumas Reflexões Para O Debate**. Seminário Internacional, Fazendo Gênero 12: Lugares de fala-Direitos, Diversidade e afetos. UFSC, 2021.
- ÁVILA, Maria Betânia; FERREIRA, Verônica; ARANTES, Rivane. Desenvolvimento Trabalho e Autonomia Econômica na perspectiva das Mulheres Brasileiras. **SOS CORPO**, Recife, 2015.
- AZEVEDO, Ana Karina Silva ; DUTRA, Elza Maria do Socorro. Era uma vez uma história sem história: pensando o ser mulher no Nordeste. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**. 2019, vol.14, n.2, pp.1-14. ISSN 1809-8908.
- BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2017.
- BRASIL**. Relatório Anual Socioeconômico da Mulher, (RASEAM). Ministério das Mulheres, 2025.
- BRETTAS, Tatiana. **Apontamentos sobre o Estado no capitalismo dependente**. 18º Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS). Fortaleza, Ceará, 2024
- BRITTO, Vinicius. Censo 2022: 19,2 milhões de pessoas vivem fora de sua região de nascimento. Arte: Cláudia Ferreira. **Agência IBGE**, 2025. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43815-censo-2022-19-2-milhoes-de-pessoas-vivem-fora-de-sua-regiao-de-nascimento> Acesso em: 10 de julho de 2025.
- CASTRO, Josué de. **Documentário do Nordeste**. Editora Brasiliense, 1968.

CFESS. Código de ética Profissional do/da Assistente Social. Brasília, 1993.

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara de Moraes dos. **Feminismo, diversidade sexual e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2018. 206 p. (Biblioteca básica de serviço social, v.8). ISBN 978-85-249-2638-9.

COBRA, Gabriela da Silva Portugal. **“Sou Dona Do Meu Horário”: A Uberização Sob A Ótica De Mulheres Motoristas De Aplicativo De Transporte Individual Privado**. Dissertação para a obtenção do título de Mestre em Sociologia, na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2024.

COTRIM, G C, et al. **Entre Desafios, Perspectivas e Preconceitos: Dificuldades Enfrentadas por Migrantes Nordestinos nas Regiões Sul e Sudeste do Brasil**. XXI Semana Acadêmica, Universidade do Estado da Bahia (UNEB), 2024.

FEDERI, Silva. **O Patriarcado do Salário**: notas sobre Marx, Gênero e feminismo. São Paulo, Boitempo, 2019

FERNANDES, Florestan. Dilemas do Nordeste. **São Paulo em Perspectiva**, 1993.

FERNANDES, Florestan. **Sociedade de Classes e Subdesenvolvimento**. Editora Global, 2008.

FERREIRA, Verônica. **Apropriação do tempo de trabalho das mulheres nas políticas de saúde e reprodução social: uma análise de suas tendências**. 2017. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: 2008

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**. [Org: Flávia Rios e Márcia Lima], Editora Zahar, 2020.

GORENDER, Jacob. **O Escravismo Colonial**. Expressão Popular, 6. ed., São Paulo, 2016.

GOUVÊA, Marina Machado; MASTROPAOLO, Maria Josefina. **Capitalismo, racismo, patriarcado, dependência: por uma teoria unitária materialista, histórico-dialética**. In: Marx e o marxismo 2019: marxismo sem tabus - Enfrentando opressões, 2019, Niterói, RJ. Anais do Seminário Internacional Marx e o Marxismo 2019: Marxismo sem tabus - Enfrentando opressões, 2019.

GRAMSCI, A. **A questão meridional**. Seleção e introdução Franco de Felice e Valentino Parlato; Tradução Carlos Nelson Coutinho e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987

GRAMSCI, A. **Vozes da Terra: escritos de 1916 a 1926**. Editora Boitempo. São Paulo, 2023.

GUIMARÃES, N. A.. A “CRISE DO CUIDADO” E OS CUIDADOS NA CRISE: REFLETINDO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA BRASILEIRA . **Sociologia & Antropologia**, v. 14, n. 1, p. e230050, 2024.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. **Cadernos de Pesquisa**. v.37, n 132, p. 595-609, set/dez, 2007.

HOOKS, Bell. **E eu não sou uma mulher?**. Editora Rosa dos Tempos, 2019.

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília, n. 3, 2001.

IANNI, Octavio. **A Ditadura do Grande Capital**. Expressão Popular. 1ª edição, São Paulo, 2019.

IANNI, Octavio. **Origens Agrárias do Estado Brasileiro**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

IBGE. Estatísticas de Gênero: indicadores Sociais das mulheres no Brasil. 3ª edição. 2024. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102066_informativo.pdf

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Quarto Trimestre de 2019. 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=72421>

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Primeiro Trimestre de 2021. 2021. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=72421>

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Quarto Trimestre de 2023. 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=72421>

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Quarto Trimestre de 2024. 2025. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=72421>

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Primeiro Trimestre de 2025. 2025. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=72421>

IPEA. Mercado de Trabalho: Desemprego, Informalidade, Subutilização e Inatividade. Brasília, 2022. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/retrato/indicadores/mercado-de-trabalho/desemprego-informalidade-subutilizacao-e-inatividade/apresentacao>

LEITE, Tiago Marques. **Dependência, Circuito Inferior e a Geografia Crítica: Diálogos e rupturas entre Milton Santos e a Teoria Marxista da Dependência**. In: XXVIII Encontro Nacional de Economia Política, 2023, Maceió. Sessões de Comunicação, 2023.

LIMA, Nathalia Diorgenes Ferreira. **Preto é o lugar onde eu moro: o racismo patriarcal brasileiro**. Revista Katályses. v. 25, n. 2 (2022): Serviço Social, Racismo e Classes Sociais. P. 242-251, maio-agosto.2022.

LISPECTOR, Clarice. **A Hora da Estrela**. Editora Rocco, 1977.

LUGONES, M.. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, v. 22, n. 3, p. 935–952, set. 2014.

LUIZ, Edson Beú. **Os Filhos dos Candangos: Exclusão e Identidades**. (dissertação aprovada para a obtenção do Título de mestre em História).Brasília, 2007.

LUNA, Sophia Alencar Araripe. A “mucama permitida”: a origem escravocrata do emprego doméstico no brasil. In: Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women’s Worlds Congress, 13., 2017, Florianópolis. **Anais Eletrônicos**. Florianópolis: Ufsc, 2017. p. 1-11

MANTOVANI, Emanuelle; AREOSA, Silvia. Gênero como perspectiva de análise no desenvolvimento regional. **COLÓQUIO - Revista do Desenvolvimento Regional**. Faccat-Taquara/RS- v.19, n.2, abr./jun. 2022. Disponível em: <http://seer.faccat.br/index.php/coloquio/article/view/2486>

MARA, Eduardo. BEZERRA, Lucas. A Busca Como Medida: A Questão Social Na Formação Social Brasileira. **Temporalis**, 2021.

MARANHÃO, Sílvio. Estado e Planejamento Regional: A Experiência do Nordeste Brasileiro. MARANHÃO, Sílvio (Org.). **A questão Nordeste**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da Dependência**. In: TRASPADINI, R; STÈDILE J.P. (orgs) Ruy Mauro Marini: Vida e Obra. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

MEDEIROS, Evelyne; BEZERRA, Lucas. Considerações sobre o desenvolvimento desigual e combinado no capitalismo brasileiro. **Formação social e Serviço Social: a realidade brasileira em debate**. Evelyne Medeiros, Leonardo Nogueira, Lucas Bezerra (Orgs). 1.ed. São Paulo: Outras Expressões, 2019.

MEDEIROS, Evelyne. O Marxismo e a Questão Regional: Elementos para Análise. Rio de Janeiro: **Revista Direito e Práxis**, 2018.

MEDEIROS, Evelyne. Questão social no nordeste e desigualdades regionais na realidade brasileira. In: Encontro Nacional de Pesquisadoras e Pesquisadores em Serviço Social, 18º, 2024, Dez 2024, Fortaleza. **Anais [...]**. Fortaleza: Ceará. ABEPSS, 2024

MELO, Hildete; MORANDI, Lucilene. A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO NO CONTEXTO DA PANDEMIA. **Revista Trabalho Necessário**, v. 19, n. 38, p.105-125, jan-abr 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.v19i38.45884>

MESQUITA, Andrea Pacheco de; CASSIANO, Laura Juliana dos Santos. Capitalismo, Patriarcado e Racismo: Revisitando O Lugar da Mulher na Formação Sócio-Histórica Brasileira. **Revista Feminismos**, v.11, n.1, 2023.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Mulheres no Mercado de Trabalho: Uma Evolução Constante Rumo à Igualdade**. 28 mar. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/trabalho-e-emprego/pt-br/noticias-e-conteudo/2024/Marco/mulheres-no-mercado-de-trabalho-uma-evolucao-constante-rumo-a-igualdade>. Acesso em: 27 jul. 2025

MOTA, Ana Elizabete. Ofensiva da direita, crise da democracia e ameaças às conquistas civilizatórias. **Revista Libertas**, Juiz de Fora, 2025.

MOURA, Bruno de Freitas. Um em cada cinco Lares recebia benefícios do Bolsa Família em 2023. **Agência Brasil**, 2024. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2024-04/um-em-cada-cinco-lares-recebia-beneficio-do-bolsa-familia-em-2023> Acesso em: 25 jun. 2025.

NASCIMENTO, Beatriz. **Uma história feita por mãos negras: relações raciais, quilombos e movimentos**. Organizador Alex Ratts. Rio de Janeiro: Zahar. 2021.

NASCIMENTO, Sara Diniz. Precarização Do Trabalho Feminino: A Realidade Das Mulheres No Mundo Do Trabalho. **Temporalis**, [S. l.], v. 14, n. 28, p. 39–56, 2014.

NETO, Leonardo Guimarães. Trajetória econômica de uma região periférica. **Estudos Avançados**, v.11, nº29, p.37-54, 1997.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. 7ª.ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei; PASSOS, Rachel Gouveia. A divisão sociossexual e racial do trabalho no cenário de epidemia do Covid-19: considerações a partir de Heleieth Saffioti. **Caderno CRH**, v. 33, p. 1-9, 2020.

OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia da dependência imperfeita**. Editora Graal, Rio de Janeiro, 1977.

OLIVEIRA, Francisco de. A metamorfose da arribação: fundo público e regulação autoritária na expansão econômica do Nordeste. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n. 27, p. 67-92, 1990.

OLIVEIRA, Francisco de. A questão regional: a hegemonia inacabada. **Estudos Avançados**, v. 7, n. 18, p. 43–63, maio 1993.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. 4ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceituando o gênero: os fundamentos eurocêtricos dos conceitos feministas e o desafio das epistemologias africanas. Tradução para uso didático de: OYĚWÙMÍ, Oyèrónké. Conceptualizing Gender: The Eurocentric Foundations of Feminist Concepts and the challenge of African Epistemologies. African Gender Scholarship: Concepts, Methodologies and Paradigms. **CODESRIA Gender Series**. Volume 1, Dakar, CODESRIA, 2004, p. 1-8 por Juliana Araújo Lopes.

PEREIRA, Bruno César; LOURENÇO, Alexandra. Mulheres e a Migração: Trajetórias E Motivações De Migrantes Nordestinas Na Cidade Das Avenidas. **História em Revista**, v. 26, n. 2, 13 ago. 2021.

PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. A inserção subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho: consequências territoriais e perspectivas em tempos de globalização. **Sociedade & Natureza**, v. 22, n. 2, p. 347–355, ago. 2010

PERRUCCI, Gadiel. A formação histórica do Nordeste e a questão regional. MARANHÃO, Silvio (Org.). **A questão Nordeste**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

RAULINO, Tatiana; SOARES, Suamy; CISNE, Mirla. As Bruxas, As Sertanejas e Nós. In: GONÇALVES, André de Menezes et al(Org.). **Serviço Social e Questão Regional**. Campina Grande: EDUFPG, 2022.

RODRIGUES, Mavi P. ALVES, Maria E. R. **Neofacismo e violência estrutural no Brasil: atualização da crítica ao conservadorismo na formação profissional**. GHIRALDELLI, Michelly Elias(Org). Diretrizes Curriculares e Formação em Serviço Social. Editora Cortez, 2024.

RUAS, R.. Teoria da Reprodução Social: apontamentos para uma perspectiva unitária das relações sociais capitalistas. **Revista Direito e Práxis**, v. 12, n. 1, p. 379–415, jan. 2021.

SABINO, Cristiane. A indissociabilidade entre racismo e superexploração da força de trabalho no capitalismo dependente. **Serviço Social & Sociedade**, v. 146, n. 1, p. 16–35, 2023.

SAFFIOTI, H. I. B. **A Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade**. Editora Vozes. Petrópolis, 1976.

SAFFIOTI, H. I. B. Força do Trabalho Feminino no Brasil: no Interior das Cifras. **Perspectivas**, São Paulo, 1985.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo, Editora Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

SANTOS, Ana Beatriz Bandeira dos. O TRABALHO DAS MULHERES MEDIADO PELAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: tendências e configurações na atualidade do capitalismo brasileiro. Dissertação em Serviço Social. Recife, 2025.

SANTOS, Milton. **De la Totalidad al Lugar**. Ed. Oikos-tau. Espanha, 1996.

SILVA, A. P. M. da; RATTS, A. A MULHER NEGRA E O TRABALHO DOMÉSTICO NAS PERSPECTIVAS DE LÉLIA GONZALEZ E BEATRIZ NASCIMENTO. **Revista da Casa da Geografia de Sobral (RCGS)**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 189–207, 2023. DOI: 10.35701/rcgs.v25.899. Disponível em: [//rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/899](http://rcgs.uvanet.br/index.php/RCGS/article/view/899). Acesso em: 14 maio. 2025.

SOARES, C. M. As ganhadeiras: mulher e resistência negra em Salvador no século XIX. **Afro-Ásia**, Salvador, n. 17, 1996.

SOUSA, L. P. D; GUEDES, D. R.. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos Avançados**, v. 30, n. 87, p. 123–139, maio 2016.

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE (SUDENE). **Boletim temático: Mulheres do Nordeste**. Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, 2025.

VAZQUEZ, Ana. C. B. FALCÃO, Ana. T. S. Os Impactos do Neoliberalismo sobre as mulheres trabalhadoras: a esfera do cuidado e a precarização do trabalho feminino. **Social em Questão**, 2019.